

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO SÉCULO XXI:  
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO E DA PRÁTICA AGROECOLÓGICA DENTRO DO  
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A URGÊNCIA DO ECOSSOCIALISMO FRENTE AO  
SISTEMA CAPITALISTA E O CONSERVADORISMO DE JAIR BOLSONARO**

Clara Beatriz Bonifácio

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2022

CLARA BEATRIZ BONIFÁCIO

**A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO SÉCULO XXI:  
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO E DA PRÁTICA AGROECOLÓGICA DENTRO DO  
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A URGÊNCIA DO ECOSSOCIALISMO FRENTE AO  
SISTEMA CAPITALISTA E O CONSERVADORISMO DE JAIR BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Bacharela em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro – SP  
2022

B715c

Bonifácio, Clara Beatriz

A Criação e Recriação do Campesinato no Século XXI: A construção do discurso e da prática agroecológica dentro do Movimento Sem Terra (MST) e a urgência do ecossocialismo frente ao sistema capitalista e o conservadorismo de Jair Bolsonaro / Clara Beatriz Bonifácio. – Rio Claro, 2022

104 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado – Geografia) –  
Universidade Estadual paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas, Rio Claro

Orientador: José Gilberto de Souza

1. Movimentos Sociais. 2. Reforma Agrária. 3. Agroecologia. 4. Soberania  
Alimentar. 5. Ecossocialismo.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pela autora.

Essa ficha não pode ser modificada.

## RESUMO

O presente trabalho inicialmente tinha por objetivo fazer uma análise qualitativa dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), implementados pelo INCRA/SP, na região de Ribeirão Preto em contraposição e resistência aos modelos predatórios de monopolização territorial instaurados pelo agronegócio. Entretanto, devido a pandemia de COVID-19 instalada sobretudo em território brasileiro desencadeando mais de meio milhão de mortos até os dias atuais, optou-se, portanto, em se fazer uma análise mais teórica e conceitual acerca da extensiva utilização de agrotóxicos, intensificada com o aval do governo federal de Jair Messias Bolsonaro e os movimentos camponeses, tal qual o Movimento Sem Terra (MST), que se dirigem na contraposição desse modelo produtivista, latifundiário e monocultor. Neste sentido, esta análise procurou demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses ao se territorializarem, introduzindo lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de produzirem territórios diferenciados, transformações sociais e rupturas no embate com as lógicas e práticas sócio-espaciais engendradas pelo capital agroindustrial. Para tanto, será analisado detalhadamente e cuidadosamente em pesquisas futuras, os modelos alternativos de produção agrícola com foco na produção Agroecológica, bem como a extrema necessidade de reavaliação e implementação de um modelo alternativo de regime alimentar visando a soberania alimentar brasileira e a ruptura necessária da dependência da América Latina com os países do Norte. Dito isso, para tal impulso, será discorrido propostas ecossocialistas elaboradas pelo sociólogo Michael Löwy que propõem uma “revolução governamental” visto o insustentável modelo capitalista e suas diversas crises no mundo contemporâneo, em especial as condições políticas e ambientais que estamos presenciando retroceder a partir do ano 2018, especialmente a partir da posse de Jair Messias Bolsonaro na Presidência da República.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Reforma Agrária; Agroecologia; Soberania Alimentar; Ecossocialismo.

## ABSTRACT

The present work initially aimed at making a qualitative analysis of the Sustainable Development Projects (SDP), implemented by INCRA/SP, in the region of Ribeirão Preto in counterposition and resistance to the predatory models of territorial monopolization established by agribusiness. Nevertheless, given the pandemic of COVID-19 established mainly in Brazilian territory, resulting in more than half a million deaths to date, it was decided to make a more theoretical and conceptual analysis of the extensive use of pesticides, intensified with the support of the federal government of Jair Messias Bolsonaro and the peasant movements, such as the Landless Movement (MST), which are directed against this productivist, large landowner and monoculture model. In this regard, this analysis sought to demonstrate the transformative character of peasant social movements as they territorialize, introducing logics and social-spatial practices capable of producing differentiated territories, social transformations, and ruptures in the clash with the logics and social-spatial practices engendered by agro-industrial capital. For this purpose, alternative models of agricultural production with a focus on Agroecological production will be analyzed in detail and carefully in future investigations, as well as the extreme need to re-evaluate and implement an alternative model of food regime aiming at Brazilian food sovereignty and the necessary break from Latin America's dependence on Northern countries. That being said, for such an impulse, it will be discussed ecosocialist proposals elaborated by the sociologist Michael Löwy that propose a "governmental revolution" seen the unsustainable capitalist model and its various crises in the contemporary world, especially the political and environmental conditions that we are witnessing recede from the year 2018, mainly from the inauguration of Jair Messias Bolsonaro in the Presidency of the Republic.

**Keywords:** Social Movements; Agrarian Reform; Agroecology; Food Sovereignty; Ecosocialism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
<b>1 REFORMA AGRÁRIA JÁ!</b> .....	8
1.1 A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E DO LATIFÚNDIO .....	18
1.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	27
<b>2 BRAVA GENTE: A TRAJETÓRIA DO MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL</b> .....	35
<b>3 MODELOS ALTERNATIVOS DE AGRICULTURA</b> .....	42
3.1 AGRICULTURA ORGÂNICA .....	44
3.2 AGRICULTURA BIODINÂMICA .....	46
3.3 AGRICULTURA NATURAL .....	46
3.4 AGRICULTURA REGENERATIVA .....	48
3.5 AGRICULTURA ECOLÓGICA.....	48
3.6 AGRICULTURA ALTERNATIVA.....	49
3.7 AGROECOLOGIA .....	50
<b>4 A AGROECOLOGIA COMO NOVA FORMA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FRENTE AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A LUTA PELO MEIO AMBIENTE</b> .....	51
4.1 A CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA: DEFINIÇÃO, OBJETIVO E PRINCIPAIS BANDEIRAS DE LUTA .....	62
4.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO AGROECOLÓGICO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST).....	65
<b>5 DA AGROECOLOGIA PARA O SOCIALISMO: UMA ANÁLISE BREVE DA LUTA DE CHICO MENDES FRENTE ÀS IDEIAS DE MICHEL LÖWI E O ECOSSOCIALISMO</b> .....	71
<b>6 “QUANDO A BOIADA DO VENENO PASSA”: OS EMBATES DA AGROECOLOGIA NO GOVERNO BOLSONARO E A JUSTIFICATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ECOSSOCIALISMO AINDA NO SÉCULO XXI</b> .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

O Brasil, desde sua gênese, se vê em um cenário bastante complicado no que tange as inúmeras desigualdades impostas pelo regime de Sesmarias, no qual apenas indivíduos brancos e descendentes de portugueses, bem como espanhóis e holandeses, poderiam ter direito a um pedaço de terra brasileiro, deixando completamente excluído desta divisão àqueles que já residiam aqui, e tornando mais complexa a aquisição de terras através da Lei de Terras implantada em 1850 em território nacional.

A partir deste cenário, apenas indivíduos que possuíam poder de compra poderiam adquirir as terras brasileiras a fim de produção e extração de bens comerciais para venda, assim sendo, contribuindo apenas e tão somente para preservar a concentrada e péssima estrutura fundiária no país, a qual buscou privilegiar apenas velhos fazendeiros, donos de latifúndios.

Diante deste cenário e avançando um pouco na história, por volta da década de 1960/70 o Brasil foi palco da grande experimentação tecnológica na qual através da imposição da modernização conservadora bem como a expansão da agricultura de exportação, possibilitou a introdução posterior de sementes híbridas na década de 1980 e finalmente encontrou terreno fértil com a introdução de alimentos geneticamente modificado (OGM), os famosos transgênicos, na década de 1990, através de um discurso conservador e produtivista que visava quantidades imensas de terra para a plantação destes “alimentos”, denominadas de commodities.

A partir desta visão, junto com a larga escala de produção a fim de vender para o comércio exterior, o setor passa por um complexo processo de integração produtiva demarcada pela intensificação de maquinários, sementes geneticamente modificadas, aumento da demanda de produtos químicos - os agrotóxicos - e uma articulação intersetorial de processamento, finanças e demandas mercadológicas que visavam o controle, dando início assim o ciclo do agronegócio brasileiro. Este que passa a ser responsável por todo aparato técnico-científico que estabeleceu uma hegemonia no campo, gerou desigualdades e impôs um sistema de plantio baseado em monoculturas extensivas e exclusivas para exportação, demandando uma grande quantidade de insumos agroindustriais dentre eles os agrotóxicos que preferimos

denominar de venenos na agricultura, o que acaba por fortalecer um monopólio de empresas internacionais que viabilizam legalmente a contaminação do campo, sobretudo os solos e água, e da comida que é ofertada a população brasileira.

Sendo assim, o agronegócio representa um complexo sistema envolvendo a agricultura, a indústria, o mercado e o sistema financeiro, controlado por grandes corporações internacionais. O agronegócio representa a consolidação de um modelo de desenvolvimento agrário hegemônico que tem produzido desertos alimentares e contribuído para a dependência alimentar. (FERNANDES; SILVA; CARMO, 2021).

De acordo com Fernandes (2006, p.46)

Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo no campo, implantada desde a década de 1950. Observando atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo: sua origem está no sistema de plantation, ou agroexportador, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção para exportação. Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato (FERNANDES, 2006, p. 46 )

Por outro lado, as distintas formas de organização dos territórios camponeses e comunidades tradicionais se contrapõem ao modelo do agronegócio, pois enquanto o agronegócio se organiza para a produção de mercadorias, o campesinato organiza seu território, primeiramente, para a sua existência, tendo como referência a produção alimentar. Em 1996 é criada a Via Campesina como uma articulação mundial de movimentos camponeses de diferentes origens, com bandeiras de luta comuns: camponeses, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, de 73 países, representando mais de 160 organizações. A Via Campesina se define como um movimento autônomo, pluralista e multicultural (FERNANDES; SILVA; CARMO, 2021).

Esta estrutura de organização camponesa, assim como o MST que recebeu enfoque neste trabalho, defende a luta pela reforma agrária, sustentada por uma mudança do modelo de produção econômico, social e político; a soberania alimentar, pautada na produção agroecológica e agricultura camponesa sustentável, respeitando a biodiversidade.



Assim, os movimentos socioterritoriais afirmam a soberania alimentar como política de desenvolvimento econômico e social, que fortalece a autonomia dos povos em decidir seu padrão alimentar e modelos de produção, recusando o padrão imposto pelas corporações transnacionais. (FERNANDES; SILVA; CARMO, 2021)

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise qualitativa do trabalho exercido pelo Movimento Sem Terra (MST) em contraposição e resistência aos modelos predatórios de monopolização territorial instaurados pelo agronegócio. Neste sentido, esta análise procurou demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses ao se territorializarem, introduzindo lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de produzirem territórios diferenciados, transformações sociais e rupturas no embate com as lógicas e práticas sócio-espaciais engendradas pelo capital agroindustrial. Para tanto, será analisado detalhadamente os modelos alternativos de produção agrícola, bem como a extrema necessidade de reavaliação e implementação de um modelo alternativo de regime alimentar e de governança, visto as condições políticas e ambientais que estamos presenciando retroceder desde o ano de 2018 com a posse de Jair Messias Bolsonaro na presidência da república.

## 1 REFORMA AGRÁRIA JÁ!

No Brasil, a questão agrária tem como principal característica o alicerce pautado nas inúmeras desigualdades encontradas em todos os níveis sociais e o conflito, sobretudo quando confrontam a concentração de terras e a luta pela mesma.

A concentração de terras em nosso país é datada desde a invasão, ou mais sutilmente de seu “descobrimento”, através da implementação do regime de sesmarias bem como a divisão estabelecida pelas Capitanias Hereditárias em meados de 1530, e segue sendo, desde então, um entrave para a justiça social no Brasil.

Segundo Miralha (2006, p.152),

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira e tem sua origem desde o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias, que era o regime de posse da terra vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras. No entanto, no período de colonização apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho, que eram “puros” obtinham uma grande área para plantar cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população não tinha o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios. (MIRALHA, 2006, p. 152)

Em 1850, visto o cenário político e econômico presente e a pressão que o governo sofria para tais modificações em seu território, foi promulgada no Brasil a lei nº 601 denominada Lei de Terras que tinha por objetivo organizar a propriedade privada, e sendo aprovada no mesmo ano a Lei Eusébio de Queiroz que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil.

Diante desta situação delicada que o país enfrentava, ficou estabelecido a partir desta data, que só poderiam adquirir terras em território brasileiro através da compra e venda da mesma ou por doação do Estado, ou seja, não seria mais permitido obter terras por meio de usucapião, entretanto aqueles que já ocupavam algum lote receberam o título de proprietário no qual a única exigência era residir e produzir nesta localidade. Todavia, após ser promulgada por D. Pedro II, esta Lei contribuiu apenas e tão somente para preservar a péssima estrutura fundiária no país e privilegiar velhos fazendeiros, donos de latifúndios.

Apesar disso, mais recentemente em 1964, cerca de 464 anos de exploração territorial em benefício da concentração de terras, foi editado em território brasileiro o

Estatuto da Terra que, posteriormente, abriu caminhos para que fossem criados órgãos federais relacionados à reforma agrária visando um maior gerenciamento da terra.

Assim sendo, em novembro de 1964, instituiu-se no Brasil o decreto nº 59.456, que visava o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

Art. 1º De acôrdo com o disposto nas Seções I e II do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, fica aprovada a programação da 1ª etapa de execução dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária nos termos dêste decreto.

Em julho de 1970 o decreto nº 1.110 criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA e do INDA.

Art. 1º É criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede na Capital da República.

E, com o decreto nº 97.766 de 10 de outubro de 1985 foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Art 1º. Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente Decreto.

Logo, a partir das informações citadas acima, vê-se que não foram poucas as tratativas de implementação da Reforma Agrária no Brasil. Ainda que tenha acontecido de formas esporádicas em governos anteriores, como ocorreram nos primeiros mandatos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva quando, segundo dados do INCRA, foram assentadas 287.994 e 381.419 famílias respectivamente. Há atualmente no Brasil, segundo dados de 2017 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 9.374 assentamentos de sem terra, que comportam 972.289 famílias em 8.797.804,18 hectares.

No estado de São Paulo, ainda segundo o INCRA, existem 275 assentamentos e o número de famílias assentadas é de 17.194 em 348.729,76 hectares. Para tanto, no que tange aos movimentos sociais, é importante ressaltar a própria designação deste conceito - assentamento - proferida também pelo INCRA, onde este é

Um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (...). Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão-de-obra familiar.

A título de curiosidade, a cidade de São Paulo, uma das maiores capitais do Brasil em número de habitantes, possui uma média de 40 mil imóveis inabitados que sofrem e ficam à espreita das especulações imobiliárias regionais. Ao analisar então o número de famílias assentadas no Estado de São Paulo bem como a população mais vulnerável que vive nas ruas à margem do sistema, vê-se que estas poderiam muito bem ser realocadas nessas propriedades, todavia, sabe-se desde a colonização que o lucro e o dinheiro sempre foram mais importantes e sempre se sobrepuseram a vida da população brasileira.

Ademais, sabe-se que o plano de Reforma Agrária proposto encontrou inúmeras brechas e privilégios políticos para não ser de fato estabelecido e concretizado no Brasil. 57 anos depois da implementação da Lei de Terras, fala-se aqui durante o ano 2021, o Brasil ainda dispõe de um potencial de milhões de hectares de terras agricultáveis, apresentando um crescente aumento para os próximos anos, especialmente os investimentos nas monoculturas de soja e cana e uma alta projeção de consumo de água destinado a estas culturas, mais especificamente na região do Mato Grosso com a expansão da fronteira agrícola e também a expansão para cidades interioranas do sudeste paulista, deixando de lado o princípio fraterno de igualdade no tocante a redistribuição das terras. Dito isto, imóveis classificados como latifúndios, segundo os critérios do Estatuto da Terra, mantêm cerca de 170 milhões de hectares com "área aproveitável não explorada", de acordo com os próprios declarantes.

Com isso posto, é importante elucidar aqui, no entanto, uma outra dimensão que está colocada na proposta de democratização do acesso à propriedade da terra. Trata-se de integrar à comunidade política, como cidadãos plenos, uma parcela significativa da população brasileira, submetida a relações sociais conflituosas ou completamente marginalizadas, exatamente pela impossibilidade do acesso à terra ou impossibilitados de ter acesso a aparatos tecnológicos.

Dessa forma, o desafio que se coloca à sociedade contemporânea é o de saber se o Brasil pode continuar convivendo com a terra ociosa concomitante ao tempo em

que precisa gerar empregos, riquezas, promover a justiça social, o progresso e emancipação do trabalhador rural e dos movimentos sociais bem como o desenvolvimento econômico do país. Essa questão torna-se ainda mais oportuna, ao constatarmos que a geração de um posto de trabalho produtivo na agricultura custa bem menos do que a de um emprego em qualquer setor urbano.

O problema afigura-se ainda mais dramático, quando se verifica que grande parte das terras aptas à agricultura podem estar apropriadas com intenções exclusivamente especulativas. Frente a isto, ao invés de buscar os resultados do cultivo da terra, muitos proprietários contentam-se em deixá-la com reduzida ou inexistente produtividade, visando apenas à valorização fundiária, ou em último caso lhes falta a aptidão vital para o atendimento das demandas do campo.

Em resumo, mantendo terras inativas ou mal aproveitadas, esses proprietários impedem o acesso dos trabalhadores à terra, ao meio de que necessitam para viver e produzir, impedindo conseqüentemente o progresso do território e da nação.

Segundo Peloso e Moraes (2004), o território brasileiro no fim da década de 80 voltou sua capacidade produtiva, tanto interna quanto externamente, pautado nas características propostas pela Revolução Verde, movimento que foi aplicado em larga escala na Região Centro-Oeste, especificamente nos estados de Goiás e Mato Grosso, em contraposição a Reforma Agrária no período da ditadura militar brasileira, que proclamava a solução do problema da fome mundial, e que de fato revolucionou o conceito alimentar no Brasil. Na década de 50 tivemos a introdução dos alimentos embutidos e enlatados, com a Revolução Verde, proveniente da indústria da guerra na década de 60, houve uma modificação de paradigma - mudança estabelecida através dos moldes da agricultura capitalista - no qual alterou-se completamente a relação do homem com a terra onde antes se estabelecia um laço e um contato ancestral com o alimento e com o solo, encaminhando posteriormente para um cenário de fadiga do planeta.

Como resultado, além da não resolução do problema da fome, este modelo gerou impactos socioambientais irreparáveis, com contaminação de cursos d'água e da água subterrânea, desmatamento da vegetação original, extinção de diversas espécies da fauna, expropriação das comunidades tradicionais e conseqüente extinção de conhecimentos historicamente construídos. (ALVES, 2014).

Ou seja, a partir da adoção e normalização da utilização de insumos químicos a fim de melhorar o desempenho dos cultivares e fornecer resistência contra pragas e insetos, além de todo aparato tecnológico, inclusive maquinários para cultivar a terra, acabou-se que parte do elo homem-natureza se rompeu fortificando assim exponencialmente o *lobby* dos impérios alimentares através da modificação e industrialização da alimentação nacional. Com isso, houve a introdução no mercado de alimentos transgênicos em meados da década de 90, alimentos estes que possuem o seu DNA modificado para desempenharem um papel com maior rendimento por área cultivada e resistente às pragas sazonais com a utilização conjunta dos agroquímicos.

Em relação a utilização destes nas safras e, por serem exclusivamente compostos de aditivos químicos, Serra, Mendes, Soares e Monteiro (2016, p.09) concluem uma perspectiva a partir do impacto ambiental e social adquirido a partir do manuseio deste no campo, no qual,

Os danos mais comuns e frequentes são causados à natureza, como a lavagem de folhas tratadas, lixiviação, erosão, perda de fertilidade e contaminação do solo, dos mananciais, biodiversidade, das águas, propiciando as mudanças climáticas. Os danos mais regulares também envolvem os seres humanos, pois compromete a saúde de quem consome e de quem cultiva. Tais danos estão relacionados com a memória e movimentos, sistema nervoso, sistema respiratório, sistema endócrino, hormônios, podem ocasionar câncer, esterilidade, reações alérgicas e acidentes de trabalho

No entanto, para concluir esta nova implementação, fora destinado um pequeno espaço, comparado ao tamanho do território brasileiro, para a produção e abastecimento do mercado interno, no qual os cultivares foram selecionadas a partir das condições brasileiras e compostas pelos atributos requeridos pela nossa sociedade consumidora, como é o caso do arroz, feijão, algodão e tubérculos, e grandes quantidades de hectares para a produção de *commodities*, vastas plantações de monocultura exigidas pelo mercado com a finalidade de importação visando lucros e acordos políticos-comerciais no mercado externo, tal qual as produções de soja na Região Centro Oeste - os belts modernos - ou mesmo as produções de cana de açúcar para de extração do etanol com incentivos do Proálcool no interior do estado de São Paulo, por exemplo, onde a produção por ano da safra e produto respectivos em toneladas, no período de fevereiro de 2021 segundo o IBGE, foi de 433.403.044.

Neste sentido, a definição do termo commodity apresentada pela no site do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) é bastante esclarecedora

Commodity (...) é um termo de língua inglesa (plural commodities), que significa **mercadoria**. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadoria.

O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos “in natura”, cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. (BOMBARDI, 2017, p. 23)

A última frase da definição de commodity é emblemática: “*Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias*”, traduz, portanto, o sentido da transformação do alimento cada vez menos apenas como alimentos e, cada vez mais, ora como commodities, ora como fonte para a chamada “agroenergia”. (BOMBARDI, 2017)

Ao passo que os anos avançam e a ciência progride, o setor do campo recebeu uma maior atenção quanto a sua produtividade, e através disto, modificações significativas foram elaboradas a partir dos danos causados pela utilização intensiva de agroquímicos e aliado agora a biotecnologia, eclodiu-se uma segunda Revolução Verde, embora ainda tímida, a fim de trazer um melhoramento genético das sementes e utilização de defensivos com caráter mais biológico, no entanto, vê-se que esta cultura massificada por uso intenso de agrotóxicos nas lavouras ainda é muito superior, sendo usado atualmente defensivos com composições muito piores, e até vetada em outros países, em relação a primeira fase deste movimento alimentar. Destacamos que o Brasil é, desde 2008, o maior consumidor mundial de agrotóxicos e Goiás, nesse contexto, é o 5º maior mercado do país, atrás dos estados de Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (SINDIVEG, 2016)

Para tanto, frente a este novo paradigma tecnológico encontra-se diversos argumentos favoráveis a este novo impulso, no entanto, sabe-se que esta mecanização e modificação da estrutura alimentar traz não só uma alienação quanto ao processo produtivo como a perda da soberania nacional e alimentar frente às infinitas ofertas de produtos transgênicos com altos níveis de pesticida, o que

acomete tanto a saúde da população brasileira quanto a destruição de ecossistemas, biomas e povos nativos sob a falácia descarada do argumento proferido pela mídia onde o “Agro é TECH, Agro é POP, Agro é TUDO” favorecendo assim a mecanização, a submissão, a destruição, o desemprego e a fome.

Assim como adverte José Maria Tardin, integrante do Conselho Gestor e educador na Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELLA) localizada no assentamento Contestado, no Paraná

O patrimônio genético agrícola brasileiro deveria ser tratado como um tema de segurança nacional. No entanto, o que estamos vendo é que esse patrimônio está sendo sequestrado das comunidades e armazenado em bancos de germoplasma para ser utilizado por transnacionais. A erosão genética no Brasil já é muito grande. (MST, 2017)

Diante disto, a partir do momento que se há uma modificação no DNA de determinada cultura agrícola e introduz-se a aplicação de defensivos e pesticidas, a estrutura e composição se modificam, logo esta não é mais a mesma com os mesmos nutrientes e componentes do que a ancestral, ou crioula. Ou seja, é apenas uma larga escala de produção capitalista de alimentos, mas não de comida. É notório o aumento da produtividade, todavia a agricultura foi concebida como um meio para reproduzir o capital, ao invés de colaborar para solucionar o problema da fome (GEORGE, 1978). Para tanto, este trabalho visa estudar a produção de comida que alimenta o corpo e a alma e não que o envenena e assassina.

Em decorrência, ao analisar os números fornecidos pelo IBGE respectivo ao censo realizado no ano de 2021 revela-se que 10,3 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave. Esses números são a ponta do iceberg da hipocrisia que anuncia que o agronegócio alimenta e abastece a sociedade brasileira, sendo que já é determinado que cerca de 75% da nossa alimentação é proveniente da agricultura familiar, da força de trabalho do pequeno produtor rural, assim como afirma Silva apud. Stédile (2012) do ponto de vista social, o processo de modernização da agricultura é extremamente desigual e excludente visto que privilegia alguns poucos produtores, latifundiários, em detrimento de outros tantos pequenos produtores familiares.

No ano de 2020, durante a gestão do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, o Brasil voltou para o mapa da fome. A fome neste aclamado território



tropical tem sua origem em um modelo capitalista de produção agrícola baseado na sustentação e manutenção do latifúndio, na grilagem de terras indígenas, quilombolas e públicas. Esse modelo é atualmente controlado pelas multinacionais, como a Bayer e a Monsanto, não só no processo de produção, mas também na distribuição por grandes redes de supermercados atacadistas.

A fome no Brasil tem sua origem na transferência de recursos públicos, na postergação e alívio de incentivos fiscais, o que infelizmente resulta no perdão de dívidas que o Estado brasileiro concede ao setor do agronegócio. É projeto da Casa Grande que ainda hoje atinge os mesmos sujeitos que foram escravizados por 500 anos.

Cabe ressaltar aqui que o Censo Agropecuário de 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após um período de quase dez anos sem um estudo do tipo sobre o setor, expressa em números a disputa pela hegemonia do modelo de produção agrícola no país, principalmente os efeitos do agronegócio com produção baseada em monoculturas e voltada para a exportação, o agronegócio avança em ritmo acelerado e domina 77% das terras agricultáveis no Brasil, no qual, de 2006 a 2017, segundo este mesmo órgão, houve diminuição de 9,5% do número de estabelecimentos de agricultura familiar e, conseqüentemente, o fechamento de 2,2 milhões de postos de trabalho, apresentando assim um domínio ainda maior do agrobusiness.

Nisso, é possível perceber o desmonte das políticas de incentivo à agricultura familiar e à agroecologia, bem como a redução dos orçamentos para os programas de incentivo à agricultura familiar, em curso no Brasil desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, pelos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (Sem Partido). O incentivo do atual governo ao agronegócio, junto com as políticas adotadas no pós-golpe de 2016, gerou concentração de renda, aumento da desigualdade e a subserviência aos Estados Unidos. Assim como destaca Kelli Monford, coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Neste período houve um processo de aprofundamento do agronegócio, de exportação de *commodities* com baixo valor agregado, que cria a dependência da economia brasileira. Ele combina com a conjuntura do golpe de 2016 e o interesse dos Estados Unidos sobre a América Latina e o Brasil, em especial (GUIMARÃES, 2019)

Ademais, além do desmonte das políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pode-se perceber que o avanço do agronegócio impulsionou também a liberação de altos níveis de aplicação de insumos e agrotóxicos no período, onde em 2019, observou-se uma intensa liberação de agroquímicos, sendo grande parte deles proibidos em países na União Europeia. Somente até julho de 2019, 290 novos tipos de defensivos foram liberados para utilização na gestão do atual governo. (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2019).

Também foi sancionada, por Temer, a lei 13.465/17, que permitiu a regularização de grandes propriedades voltadas ao setor que legitima as ações do agronegócio em áreas públicas com suspeita de grilagem.

Com isso, a partir das informações citadas acima, sobre o uso irracional da terra e uso indiscriminado de agroquímicos que contaminam e adoecem paulatinamente a sociedade em toda sua composição, retomamos o assunto a respeito dos movimentos sociais, dos assentamentos, no qual, a cultura praticada nesses territórios, em especial no Brasil, objetivam um desenvolvimento sustentável, uma maior variedade de produção de comida, onde em geral, pouco se faz ou não faz-se uso de defensivos agrícolas priorizando assim a policultura, o cuidado e o respeito com a terra. Ademais, grande parte dos assentamentos produzem alimentos para autoconsumo, podendo o excedente ser comercializado em feiras de pequenos produtores rurais, na montagem e comercialização de cestas com produtos agroecológicos da Reforma Agrária ou até mesmo em estabelecimentos do próprio MST, como as lojas Armazém do Campo encontradas em todo território nacional.

Para Marcelo Morandi, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, a inserção de mais produtos no mercado não significa que o uso de agrotóxicos irá aumentar, uma vez que representam em torno de 30% do orçamento dos agricultores. Segundo ele, “os insumos são os principais custos do produtor, sejam agrotóxicos ou fertilizantes. Então ele quer usar o mínimo necessário para produzir e vai buscar aquele com preço e condições melhores.”

No entanto, cabe ressaltar que, atualmente, no ano de 2021, o Brasil bateu seu recorde de pesticidas disponíveis no mercado. Dentre eles, 425 ingredientes ativos têm uso autorizado e 2.356 produtos estão liberados para comercialização no território. Entre os pesticidas aprovados neste ano, 41% são extrema ou altamente tóxicos e 32% não são permitidos em toda União Europeia. Foram aprovados

ingredientes à base de duas novas moléculas, o sulfoxaflor e o florpiauxifen-benzil. Outros 32 novos ingredientes ativos esperam registro. Entre os pedidos, quatro ainda não foram aprovados em outros países, 19 já estão liberados nos Estados Unidos, 19 no Canadá, 18 na Austrália, 17 no Japão, 16 na União Europeia e 15 na Argentina, segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2019).

Segundo os dados compilados pela professora Larissa Mies Bombardi, seis empresas se encontram no controle do mercado de pesticidas tais quais a Bayer, a Monsanto, a Milenia, a Dow, a BASF e a Syngenta exercendo maior participação nas vendas de agrotóxicos no Brasil, sozinhas, controlam praticamente 60% do mercado. Observa-se também que se trata de empresas transnacionais com capital de origem na Suíça (Syngenta), Estados Unidos (Monsanto e Dow), Alemanha (Bayer e Basf) e Holanda/Israel (Milenia). Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional.

Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agroquímicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial. (BOMBARDI, 2016)

A prevalência desta estrutura oligopolizada é reconhecida pela ANVISA que faz a seguinte avaliação:

(...) as dez maiores indústrias não competem entre si (...) mesmo no caso em que as patentes estão vencidas, tirando raras exceções, as empresas focam a produção em agrotóxicos com ingredientes ativos que não são comercializados pelas demais empresas, o que gera uma espécie de monopólio sobre os produtos (BOMBARDI, 2016, p.27)

E conclui ao elucidar que

Este modelo oligopolizado também acontece em âmbito mundial: as 13 maiores empresas de agrotóxicos detêm o controle de 83% do mercado mundial do setor. (BOMBARDI, 2016, p.27).

Contudo, a partir das informações expostas sobre a “seguridade” da utilização de agroquímicos, bem como a naturalização dos mesmos em outros países,

redobramos a atenção a partir de informações extraídas do Instituto Nacional do Câncer (INCA) onde,

Estudos nacionais e internacionais não deixam dúvidas sobre os danos causados por esses produtos na população, principalmente nos trabalhadores e comunidades rurais, e no meio ambiente. Além da contaminação dos alimentos, da terra, das águas – que em algumas situações torna-se imprópria para o consumo humano – temos a intoxicação de seres vivos, como os mamíferos (incluindo o homem), peixes, aves e insetos. Regiões com alto uso de agrotóxicos apresentam incidência de câncer bem acima da média nacional e mundial. Cabe destacar que desde 2009, o Brasil é o maior consumidor mundial desses produtos. (INCA, 2017)

Desse modo, as histórias pessoais de lutas e enfrentamentos dos assentados, justifica-se quando os mesmos procuram através de uma contraposição aos modelos convencionais de agricultura moderna, estabelecer não somente uma produção saudável de alimentação, de comida de verdade, mas também, uma busca incansável pelo direito à terra, onde possam encontrar-se e reconhecer-se como agentes transformadores e modificadores do espaço em que habitam.

Portanto, a justificativa desse estudo está na contribuição para a aplicação dos conhecimentos geográficos construídos até o momento, principalmente no que diz respeito aos embates pelo direito de acesso digno à terra, uma produção alimentar saudável que vise a não exploração desenfreada de recursos naturais e que baseie-se, essencialmente, na produção de comida, que objetiva suprir as necessidades básicas diárias individuais e não simplesmente produtos modificados geneticamente no qual, em sua grande maioria, através dos modernos processos produtivos, estão altamente contaminados com venenos que posteriormente desencadearão doenças que serão administradas pelos mesmos fabricantes de agrotóxicos, como a Bayer, por exemplo, líder mundial em laboratórios farmacêuticos. Assim sendo, hoje o Brasil ocupa a primeira posição de país que mais utiliza agrotóxico - leia-se venenos - do mundo, em sua grande maioria sendo classificados como muito perigosos e movimentando um total estimado em US\$ 3,3 bilhões (R\$ 14,5 bilhões) apenas em 2018, início do governo Bolsonaro.

## 1.1 A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E DO LATIFÚNDIO

Após esta breve contextualização do legado brasileiro acerca da disputa pela terra em detrimento do monopólio capitalista agroindustrial, sobrepondo a saúde das pessoas pelo que se é oferecido como alimento, serão analisadas a partir de agora características fundamentais de modelos que contrapõem a mecanização e homogeneização do campo. Para isso, se explorará nesta etapa de estudo, as raízes ancestrais da agricultura tradicional camponesa, fruto de muita luta e resistência que se mostra resiliente ao mesmo tempo em que se mostra viável e também lucrativa nos dias atuais.

Assim sendo, temos que o campesinato, conceito este que exprime o estilo de vida do camponês, configura-se como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2008)

Assim sendo, Taussig (1980), indica que

(...) o campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980, p.10)

Todavia, Marques (2008) desponta em contraposição a Taussig (1980) quando afirma, na realidade, que

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008, p.59)

Partindo desta definição, portanto, e fundamentado nas análises elaboradas por Wanderley (1996), pode-se concluir que a agricultura camponesa tradicional, ou campesinato, vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar na

contemporaneidade, uma vez que ela se funda sobre a relação indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global, assim como nos traz Chayanov (1974) ao classificar este sistema como “diferenciação demográfica”, tal qual partindo da centralidade da família como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento. (CHAYANOV, 1974)

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como sendo uma análise microeconômica interna das unidades camponesas. Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família. A relação dialética, no entanto, entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade, como é o caso do sistema camponês e a modernização da agricultura, perpassa por toda a sociedade brasileira e está intimamente associada aos processos que constituem o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo monopolista agrário.

Não se pode traçar um destino predeterminado para o campesinato em nossa sociedade no qual Marques (2008) já elucidou que o nosso tipo de campesinato foi gestado nas periferias do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Entretanto, o destino desta classe social se define na trajetória e no percurso de sua própria história, a partir das posições que ela exerce no campo de lutas que se forma em volta da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis conflitos historicamente determinados. Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (MARTINS, 1981).

Logo, é de extrema importância ressaltar o sentido e propósito do camponês como símbolo de resistência e resiliência ao passo que a agricultura capitalista moderna avança sobre sua história. Sendo assim, preserva suas tradições e suas estruturas familiares a fim de manter seu modo de vida e sua reprodução social como patrimônio imaterial transmitido entre as gerações.

Para tanto, ao se tratar do modo de vida camponês, pode-se compreender que a autonomia das famílias é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, ou seja, o atendimento às necessidades do grupo doméstico prioritário, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. Nessa perspectiva, pode-se estabelecer que o campesinato, ou o camponês, são produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. Logo, os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. (WANDERLEY, 2014).

Porém, um fato curioso: o conceito camponês foi designado para famílias que cultivam seu próprio alimento numa dada quantidade de terra em detrimento do próprio sustento e da comunidade, no entanto, o termo “agricultor familiar” surgiu a partir do golpe militar de 1964, no qual se instaurou a ditadura no Brasil, onde o impulso para mudança do conceito partiu do assalariamento dos camponeses e, principalmente, do envolvimento destes agentes com o Partido Comunista (PC), logo, o termo agricultor familiar, aos olhos dos generais, romperiam com o comunismo - que nunca existiu - e daria uma roupagem nova ao modelo mecanicista adotado ao longo do golpe.

A fobia do comunismo, como podemos analisar, sempre assombrou a elite burguesa agrária brasileira pelo fato desta mesma elite fazer parte das jogatinas comerciais internacionais do agronegócio, no entanto, os camponeses ganharam mais força e apoio através dos contatos e alianças estabelecidos com as Ligas Camponesas ao longo do mandato do Partido Comunista (PC) de Francisco Julião

que, durante as décadas de 1940 a 1960, lutou pela reforma agrária no Brasil e levou este assunto em dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, o movimento articulado das Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio.

Na realidade, esta iniciativa surgiu no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. (OLIVEIRA, 2001)

Outro evento igualmente importante para o movimento campesino ocorreu na década de 50, onde o marco se estabeleceu através do Engenho da Galiléia no qual a luta dos galileus foi estruturada contra a elevação absurda do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos. Logo, a partir do seu ressurgimento, as Ligas deixaram de ser organizações e passaram a ser um movimento agrário, que contagiou um grande contingente de trabalhadores rurais e também urbanos onde, segundo Oliveira (2001), provocou grande descontentamento por parte do governo militar resultando em perseguições e “desaparecimentos” - leia-se assassinatos - das lideranças do movimento das Ligas Camponesas favorecendo assim sua desarticulação e seu posterior fim.

Dessa forma, a partir dessas breves elucidações, compreende-se portanto que o camponês mais do que um agricultor é um agente social e cultural que modifica seu ambiente em prol do coletivo de forma responsável, contrariando o sistema imposto a ele e mantendo suas raízes, no entanto, com tais características, Marcel Jollivet reconhece que a agricultura camponesa se reproduz no interior das sociedades capitalistas modernas, como uma “pequena produção mercantil” e analisa as razões, do ponto de vista do capital, do que denomina, baseando-se em Bettelheim, o “duplo processo de conservação-dissolução”.



(...) o princípio fundamental segundo o qual o pequeno produtor mercantil procura unicamente obter meios de trabalho subsistência, convém, perfeitamente, ao modo de produção capitalista uma vez que ele obriga o pequeno produtor mercantil a produzir; ele pode ser inclusive um excelente meio para a exploração capitalista do trabalho social agrícola na medida em que o pequeno produtor mercantil reage a qualquer diminuição de seu nível de vida com um crescimento de seu esforço produtivo e em que toda intensificação deste gênero permite extrair uma mais valia crescente sobre seu trabalho. O modo de produção capitalista pode, portanto, apropriar-se do trabalho do trabalhador agrícola que é o camponês, como o faz com todo trabalhador, “pela mediação da troca”, conservando, assim, sua forma de pequeno produtor mercantil” (JOLLIVET, 1974, p. 243).

Esta ideia, no entanto, apenas reforça a análise que Wanderley (1996) elaborou, onde se refere ao Brasil no quesito a distribuição de terras e grandes propriedades como modelo socialmente reconhecido e legítimo, assim sendo no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1996)

Partindo deste viés e desta análise, no entanto, vê-se que é claro o total descaso, tanto político quanto social, para com a classe campezina em detrimento da manutenção do *status quo*, ou seja, na perpetuação e legitimação de uma burguesia agrária e vendida as relações comerciais internacionais, especialmente no que tange a concentração de renda e, concomitante a concentração de riquezas ao perpetuar o latifúndio improdutivo ou majoritariamente grandes extensões de terras destinado às plantações homogêneas de commodity.

Sendo assim, é importante considerar em todas estas análises que se trata, fundamentalmente, da pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento rural prevalecente na sociedade brasileira e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura (WANDERLEY, 2014), pois, ao conceder o benefício ao agronegócio, todo incentivo e créditos bancários foram monopolizados e facilitados a quem fosse aderir ao novo tipo de *plantation*, logo, o camponês se viu encurralado e desamparado ao mesmo tempo visto que este modelo de agricultura era contraproducente aos moldes que operavam.

As políticas públicas de apoio ao agricultor camponês bem como políticas de reforma agrária, começaram tão somente a partir da posse de governos federais que seguiam a linha progressista, como é o caso do governo de Luís Inácio da Silva, o presidente Lula, que facilitou políticas públicas de incentivo e universalização ao crédito, a agroecologia e a reforma agrária - mas, infelizmente, ainda mantendo a burguesia latifundiária lado a lado, o que acabou por deixar a desejar para os movimentos sociais, inclusive o MST, por não ter promovido uma reforma agrária mais radical assim como foi prometido em suas épocas de palanque.

Além disso, no que diz respeito a universalização do crédito e o acesso a este mesmo por esta classe, como é o caso do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, executado no período do governo Lula e extinguido nos anos iniciais do governo Bolsonaro, a agricultura camponesa, ou familiar, pode se aprimorar e ainda obter seus rendimentos favorecendo um abundante retorno comercial local, desde que distribuído e aplicado corretamente, no entanto, segundo Mattei (2005)

(...) na prática, no entanto, a universalização do crédito seria de difícil concretização para os agricultores familiares e as avaliações realizadas revelam que, já na primeira fase de sua implantação, o acesso ao crédito do Pronaf tendeu a se concentrar nos estados do Sul, especialmente entre os agricultores com vínculos contratuais de fornecimento com agroindústrias, mais aptos a oferecer as garantias exigidas pelo sistema bancário" (MATTEI, 2005, p. 20)

Mesmo considerando os critérios seletivos que informaram o Pronaf em suas fases iniciais, é importante registrar todos os esforços que foram empreendidos para dotar essa política de uma maior abrangência nos planos regional e social. Assim, com o objetivo de atender amplamente os pequenos agricultores familiares, o Pronaf adotou uma diferenciação dos públicos beneficiários, distinguindo os seguintes grupos: Grupo A: constituído dos agricultores assentados da reforma agrária; Grupo B: agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumento, no qual também estão incluídos indígenas e quilombolas. Os demais grupos, C, D e E correspondem aos produtores que dispõem de melhores níveis de renda bruta familiar ou com potencial para atingir esses índices. (MATTEI, 2005)

Para Aquino e Schneider,

O Pronaf apresenta dificuldades para promover mudanças no campo, porque o modelo de agricultura preconizado pelo programa está intimamente ligado

com a lógica setorial e produtivista do padrão de desenvolvimento convencional. Na verdade, o estilo de agricultura familiar efetivamente privilegiado pela política de crédito do Pronaf ao longo de sua trajetória não foi aquele baseado na diversificação de atividades e fontes de renda das unidades de produção, mas o da “pequena empresa familiar” especializada em atividades agrícolas integradas às cadeias produtivas do agronegócio exportador (grupos D e E). Ora, na medida em que se adotou este estilo de agricultura familiar como referência para a ação governamental, então, naturalmente, o crédito passou a ser disponibilizado em sua maior parte para fortalecer a produção e a produtividade das monoculturas de grãos, objetivando, com isso, elevar a competitividade dos “verdadeiros agricultores familiares” escolhidos como protagonistas do desenvolvimento rural brasileiro. (AQUINO e SCHNEIDER, 2010, p. 15)

Ademais, com essa seletividade exemplificada por Mattei (2005) e Aquino e Schneider (2010) subentende-se que os “verdadeiros agricultores familiares” no qual se refere acima, não terão condições produtivas a fim de atender o mercado para poder vender seus produtos. Ao contrário das monoculturas de grãos, a pequena propriedade familiar que vende aquilo que se cultiva obtendo sua renda da terra, logo, sem incentivos para assegurar um pedaço de terra e sem incentivos a programas que auxiliam a produção familiar, apenas resta a miséria e o êxodo rural a fim de cessar esta amargura. Para esta situação, Tânia Bacelar de Araújo (2010) designa o conceito de agricultores periféricos, no qual analisa a origem dessa desigualdade

Esses territórios são frágeis e concentram pobreza, pois foram abandonados no século XX, quando o Brasil privilegiou investimentos nos grandes centros urbanos, na ânsia de se tornar potência industrial no âmbito mundial. [...] O hiato entre o Brasil urbano e a grande maioria dos Territórios rurais é uma herança do processo de desenvolvimento herdado (ARAÚJO, 2010, p. 204)

Por estas razões, sabe-se que o Brasil, enquanto território descoberto a cerca de 521 anos atrás, consolidou sua base econômica e política nos anos subsequentes a exploração desenfreada de seus recursos e a concentração de terras nas mãos da burguesia agrária em detrimento de vastas plantações homogêneas no campo e acordos financeiros unilaterais afim de maior participação no mercado externo, porém, através disso marginalizou-se o pequeno agricultor, responsável por cerca de 70% do abastecimento interno, desencadeando o subdesenvolvimento que presenciamos atualmente. E para elucidar o conceito de subdesenvolvimento, Celso Furtado (1920) estabelece uma relação entre os investimentos injetados nas regiões produtivas agrícolas que Elias (2021) aborda, a partir de uma visão empirista, uma

interpretação contemporânea sobre a divisão territorial do Brasil, abrindo mão de divisões apenas administrativas para uma divisão no qual o principal diferencial é o modelo regulatório, de “imposição” e de ordem vindo do mercado externo atrelado às redes agroindustriais multinacionais, sendo deveras favorecido neste cenário onde o agronegócio globalizado é que traz mais rentabilidade, ou seja, a regionalização estabelecida desta forma garante uma produção de commodities em larga escala (plantation) que se localizam em locais propícios ao exercício dos capitais hegemônicos possibilitando uma acumulação ampliada no setor agroindustrial.

Através disso, Furtado (1920) ressalta sobre a falta de planejando para uma homogeneização social antes mesmo de uma reforma agrária a fim de fornecer insumos básicos a toda população com a intenção de assegurar o bem estar social mínimo e, posteriormente, uma divisão igualitária de terras para abastecimento interno e assim, assegurar uma soberania alimentar para a população. Sobre a homogeneização social, Furtado (1920) indica que

O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais. (FURTADO, 1920, p. 38)

E que,

As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. (FURTADO, 1920, p. 39)

Logo, é possível perceber que a sustentação da ideia do agronegócio gira em torno desse imaginário cenário produtivista moderno e o conseqüente afastamento do homem do campo, substituído pelas máquinas e sem amparo do governo federal. Com isso, o status de subdesenvolvimento desaba feito um hecatombe sem precedentes e encontrando terreno fértil para se agregar. Sendo assim, para Furtado (1920)

O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois

métodos de penetração de modernas técnicas se apoiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento (FURTADO, 1920, p. 41-42)

No entanto, haja vista que hoje é necessário a reavaliação deste conceito de subdesenvolvimento para além das forças produtivas que mira estritamente no tocante à acumulação. É necessário que haja ponderações sobre tal, sobretudo ao desenvolvimento brasileiro e da América Latina como um todo, pois esta relação é modificada através da submissão a países do Norte, os desenvolvidos. Nesse sentido, ao se falar de subdesenvolvimento, é imprescindível que tenhamos em mente a extensa relação de dependência externa da América Latina para com os órgãos reguladores internacionais, tais quais o Banco Mundial e o FMI.

## 1.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A respeito da análise da categoria de subdesenvolvimento elucidado por Furtado (1920), é notadamente importante ressaltar neste tópico a teoria da dependência que está como plano de fundo para este cenário que fora descrito anteriormente, intensificado a partir do final da II Guerra Mundial, com a vitória e ascensão dos países imperialistas que ditam o mercado hoje, como é o caso da economia norte americana e seus órgãos fiscais monetários.

Para esta análise, entretanto, serão utilizados os estudos elaborados por Theotônio dos Santos (2012), Marisa Silva Amaral (2012) e Roberta Traspadini (2016) que trazem um panorama atualizado das correntes teóricas do imperialismo e sua atuação planetária bem como o real motivo desta atribuição do conceito de subdesenvolvido para com os países da América Latina.

Assim sendo, como traz Amaral (2012) no tocante ao pensamento social latino-americano, a teoria da dependência se faz entender a partir de inúmeros autores como um esclarecimento necessário à teoria do imperialismo. Esta teoria surge em meados da década de 60, por volta de 1964 a 1967, no contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e de emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana.

Através disso, como bem assinala Sotelo Valencia, os pressupostos doutrinadores e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

(...) foram insuficientes para caracterizar o mundo que se desenvolvia na periferia do sistema capitalista dominante, particularmente em sua função histórica de viabilizá-lo. É dessa maneira que o “conceito” dependência (...) representa um complemento necessário da teoria do imperialismo para dar conta da natureza das sociedades que se desenvolvem de maneira subordinada na periferia do sistema, como é o caso da América Latina. (AMARAL, 2012 apud VALENCIA, 2007, p. 29)

Entretanto, apesar de tratar a teoria do imperialismo dessa forma, diversos pensadores como o próprio Lênin ou o Bukharin fizeram contribuições valiosas acerca dessa temática e fora o que justamente proporcionou seu aprofundamento até desembocar na teoria da dependência.

Como sugere Santos (2012) apud Florentino (2015, p.3), a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento”, que considerava que o “(...) ‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização” (SANTOS, 2012, p.21).

Assim endossa Bambirra (1998) acerca da modernização e da inserção do meio técnico-científico no campo

La revolución científico-técnica, que comienza a gestarse durante la guerra, se intensifica a partir de la postguerra, especialmente en el centro hegemónico del capitalismo mundial, los Estados Unidos. Tal revolución consiste en tomar la ciencia como principal fuerza productiva y utilizar la tecnología para desarrollar la automatización, sentando las bases para el desarrollo posterior de la robótica, la cibernética, la electrónica y la informática. Tal desarrollo conduce, a largo plazo, a la eliminación del trabajo físico humano dentro del proceso productivo y tiende a incentivar el desempleo estructural.

Esta revolución fue conducida, en toda la América Latina, por el capital extranjero que poseía el control monopólico de los nuevos procesos productivos y las patentes de los productos. Con la penetración intensiva de ese capital, ocurrió la desnacionalización de la propiedad privada de importantes instrumentos de producción y la transformación de nuestra clase dominante en clase dominante-dominada, o sea, socia menor del capitalismo de los países centrales. (BAMBIRRA, 1998, n.p)

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países avançados - como é o caso dos países imperialistas do Norte - se encontravam no

extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” - os países do Sul - como os situados na América Latina - se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento, no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades (AMARAL, 2012). Para isso foi desenvolvido a concepção ortodoxa da CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina - que atribuía os problemas vividos pela periferia - os países da América Latina, por exemplo - como sendo decorrentes das relações estabelecidas no âmbito do capitalismo mundial e das relações econômicas internacionais no que tange o capital financeiro explorador.

Através disso, a visão cepalina vai afirmar que, dado o comércio internacional, há uma tendência estável e crescente visando à deterioração dos termos de troca que desfavorece os países exportadores de produtos primários, fazendo com que haja transferência de renda da periferia em direção ao centro, uma visão totalmente colonial. Esta deterioração se dá porque, como as economias primário-exportadoras não desenvolvem sua esfera industrial, significa portanto dizer que estas não possuem capacidade de incorporar maior quantidade de mão-de-obra ao processo produtivo, e isso se acentua ainda mais hoje devido a globalização posta por Milton Santos (2012) como sendo o estágio supremo do imperialismo, baseada no velho ideal de comunhão universal, desorganizando o centro mas organizando a si própria, o que gera uma desorganização da moral e do uso do território, tornando os centros frouxos e uma capacidade internacional imensa devido às multinacionais e o melhoramento do território para chegada e instalação destas mesmas, ou seja, o uso do território em detrimento do capital internacional sem qualquer soberania territorial sobre seus produtos. Com isso, ambos os aspectos levam a que se tenha um excedente de força de trabalho e uma redução salarial generalizada para toda a economia, o que promove uma redução nos custos e, posteriormente, nos preços das mercadorias produzidas. Portanto, a concepção cepalina se mantinha

fiel a ideia do desenvolvimento econômico como *continuum*, (...) [pois] não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a

complementaridade (...) mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital” (MARINI, 1992 apud AMARAL, 2012, p.20)

Diante disto, voltada a atenção para a questão agrária na “América Latina” - designação posta a partir da apropriação do território latino americano pelos europeus - é notório a síntese de pensamento subalterno frente ao mercado internacional financeiro visto sua finalidade enquanto território produtor de manufaturas e matérias primas. Assim como nos traz Traspadini (2018) ao elucidar sobre as diferentes concepções de território e seu uso após a colonização, no qual

Abya Yala e suas diferentes concepções de território, vida, sociabilidade, não descoberta por acaso, mas pela intencionalidade de disputas comerciais do ocidente com o oriente, portanto, descoberta-invadida-destruída em sua alteridade, pelas guerras comerciais, tornou-se América Latina por um ato de violência e guerra. E como tal, deixou de ser muita diversidade para transformar-se em mercadoria propriedade fundiária de alguém. (TRASPADINI, 2018, p.1699)

Ou seja, a questão agrária nestes territórios latino-americanos nos evidencia o cerne das disputas, das guerras e das históricas ocupações territoriais pelos sujeitos que geram vida, e muita morte, ao longo da história. Colocar a questão agrária como ponto de partida para estes entendimentos é demarcar o momento na história em que a concepção originária foi, através de múltiplas guerras por diversos territórios, suplantada e aniquilada pela concepção mercantil em transição na Europa. Assim como elucida Traspadini (2018)

Em outras palavras, pautar a questão agrária a partir da América é pautar a questão agrária a partir de três coisas: 1. Reconhecer o desconhecimento histórico sobre o que havia antes e que foi soterrado, destruído, saqueado, violentado pela condição de invasão colonial do século XVI; 2. Explicitar as histórias de resistências presentes ao longo dos últimos quinhentos anos que nos remetem a um passado ainda vivo na concepção de território, vida e sociabilidade dos povos originários e demais grupos que, também saqueados, violentados, violados, foram trazidos para o continente em condições (des)humanas ou de um tipo de humanidade questionável em seus princípios basilares. Foi assim com os povos originários da África e com os trabalhadores expulsos e jogados em uma condição de miséria e criminalização como os pobres da Europa; 3. Entender a centralidade da terra para a acumulação capitalista, dado que se transformou na forma-conteúdo dominante mundial a partir do século XIX. (TRASPADINI, 2018, p.1698)



Logo, a acumulação primitiva de capital, definida por Marx (2013), como a estrutura, base fundante, do processo de acumulação capitalista, narra portanto a função social que América Latina teria na produção ditada de fora, para consolidar, dentro, um poder até então inexistente nas condições que se deram: propriedade privada de reis, trabalhos escravos e/ou livres para extração de mercadorias valiosas na guerra produzida do lado de lá do Atlântico. E a colonização, demarca o princípio da crítica da economia política da produção capitalista de riqueza, baseada na acumulação originária de capital.

É nesta condução política do poder de fora para dentro protagonizado pelos proprietários de terras e de dinheiro europeus em guerra no continente, e reproduzindo-a na região com autoridades próprias – pachamama, abya yala, entre

outras -, que nos deparamos com uma inflexão na questão agrária: se antes, poderia ser entendida ao longo da história como algo inerente às diversas concepções de poder entre diversos povos e suas cosmovisões, após a invasão colonial, torna-se a referência concreta na história de um território fecundo de extração de recursos minerais e naturais e de superexploração da força de trabalho escrava-livre-assalariada existente no continente ou para o mesmo enviada.

A questão agrária, no processo de invasão colonial, demarca assim o processo histórico de saqueio, roubo, pilhagem, violências estruturais, torturas, genocídios, etnocídios, em nome da era da acumulação de capital.

O passado colonial da América Latina, ao mesmo tempo em que abre elementos para a compreensão da função que cumprimos na dinâmica geral de produção-reprodução capitalista em gestação na Europa, nos exige refletir sobre as histórias destruídas possíveis de demarcar outros horizontes sobre o sentido da terra, dos sujeitos e sua relação com ela e entre si. Assim, o período colonial narra o momento histórico em que a questão agrária deixa de ser centralidade para os povos originários e passa a ser essência produtiva dos proprietários privados presentes nos povos invasores. (TRASPADINI, 2018)

Esse argumento segue endossado por Vânia Bambirra (1998), em sua obra “Êxodo Rural y êxodo urbano: la lucha por la Reforma Agraria en Brasil” acerca dos processos de reforma agrária na América Latina e a situação brasileira perante este cenário, no qual

Na América Latina, com exceção do Chile, onde a Reforma Agrária começou no governo de Eduardo Frey e foi continuada com Salvador Allende, todas as experiências de Reforma Agrária ocorreram em meio a um processo revolucionário e se aprofundaram depois do triunfo desses processos. Assim sucedeu no caso cubano em 63 quando foi promulgada a lei da reforma agrária que agrupou as fazendas por meio de plebiscito em grandes complexos estatais e cooperativas de produção agropecuária. Também no México a reforma agrária foi um produto da revolução iniciada em 10 e alcançou seu pleno auge sobre o governo de Lázaro Cárdenas de 34 a 40. Na Bolívia e na Nicarágua a reforma também foi o produto da revolução. No Brasil, não existe uma tradição pacífica nos campos, desde o massacre dos povos indígenas, passando pelo genocídio da República de Palmares, de Canudos e de Contestado, pelos bandidos que não deixam de representar a ira descontrolada e descabelada dos homens de terra contra o *status quo* oligárquico e repressivo, pelas Lligas Camponesas até a matança de nossos dias, a história está repleta de violências, e até agora somente se fizeram simulácos de reforma agrária. (BAMBIRRA, 1998, n.p)

Em outras palavras, a reforma agrária, se não resolvida, traz dilemas ao nosso tempo que conformarão a intensificação da superexploração da força de trabalho, em paralelo com a concentração e centralização do capital financeiro, a partir de um histórico de contínua expansão da fronteira agrícola favorecendo a lógica mercantil dos países imperialistas do norte numa infinita especulação por terra. .

Através disso, a terra que, no entanto, na época das grandes culturas originárias, como os maias, incas, mapuches, guaranis, pataxós e demais tribos indígenas-caboclas-ribeirinhas e camponesas da América Latina, compreende uma diversidade de modos de produzir vida, passou a ser estandardizada em uma concepção geopolítica de demarcação territorial: América Latina, assim como fora dito no início.

A partir da colonização, portanto, a questão agrária passou a ser elemento substantivo, ou seja, passado-futuro da sociabilidade e do uso do capital internacional em detrimento da perpetuação do latifúndio improdutivo e das demandas do mercado externo à custa daquilo que se entende por humanidade e por uma reação ontológica da relação do ser com a terra. Assim, já dizia Bambilra (1998)

El grave problema agrario en el Brasil es muy antiguo, se configuró desde el inicio del período colonial con el establecimiento de las capitanías hereditarias, cuando las tierras de los pueblos indígenas se transformaron en propiedad de la corona portuguesa y sus habitantes originales fueron esclavizados. De inmediato, se inició el tráfico de esclavos africanos, que se fue intensificando en el decursar de los siglos. La sociedad esclavista cultivó un fuerte prejuicio contra el trabajo –cosa para negros- y en cuanto su fuerza productiva fundamental permanecía presa por el inmovilismo de las relaciones de producción, señor-esclavo, se limitó al monocultivo y a la crianza de ganado, sin llegar a formar un mercado interno - condición

preliminar del propio desarrollo capitalista – aunque sí logrando el enriquecimiento de las oligarquías rurales y de los traficantes de esclavos. (BAMBIRRA, 1998, n.p)

Para tanto, é necessário que a questão agrária seja totalmente atrelada a cidade. ou seja, a união de proletários e camponeses, visto que a urbanização foi pensada separada do campo e liga-se a problematização nos processos de favelização como consequência do êxodo rural - expulsão dos camponeses pelo latifúndio - e do desleixo do Estado perante os camponeses ao não resolver a questão agrária desde o século XIX até os dias atuais, mas que efervescem os movimentos sociais numa enorme resistência sócio-política emancipatória.

Posta esta breve análise, podemos considerar o Brasil como sendo uma economia subimperialista, ou seja, uma economia que não tem tanto poder de capital e que faz parte do abastecimento dos países imperialistas atuais, como é o caso da potência norte-americana, se apropriando de economias mais vulneráveis e periféricas, sendo uma das principais características da dependência a grande exploração de mão de obra.

A partir da tese de Mathias Luce (2011), podemos constatar que Marini (1973-77) estabeleceu este conceito de subimperialismo para explicar o fenômeno emergido nos anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência de subcentros econômicos e políticos de acumulação mundial, como o Brasil. Tais subcentros passavam a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando, porém, peculiaridades que os diferiam da categoria semiperiférica, no caso do Brasil hoje sendo exportador de especialização produtiva, embora façam parte do seu universo. (LUCE, 2011). Sendo assim, Marini (1973) explícita sobre a categoria de subimperialismo no caso mais específico do Brasil, no qual

(...) em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar longe sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam sua sociedade política, cujas contradições deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as quais deram lugar no Brasil ao subimperialismo. Porém, não é menos certo que este [subimperialismo] é tão somente uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (MARINI, 1973 APUD LUCE, 2011, p.8)

Posto isso, a tese do subimperialismo se sustenta e tem sua origem nas leis próprias da economia dependente, cujos fundamentos são a superexploração do trabalho e a transferência de valor visto que é um fenômeno que pode ser entendido e apreendido através da combinação de quatro variáveis, sendo elas: grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente, a mobilização de um esquema particular de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), hegemonia em um subsistema regional de poder, lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante; sobre essa base, se analisa a expansão subimperialista como modo de contra-restar as contradições do capitalismo dependente, restaurando a unidade entre produção e realização do valor. Nesses termos, portanto, define-se o subimperialismo como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente. (LUCE, 2011)

Isso fica claro, nos dias atuais, tanto em relação ao status dependente quanto subordinado, quando estamos sob o regime de um governo neoliberal e conservador, através da subserviência a potência norte-americana bem como a venda e ameaça de privatização das maiores estatais brasileiras, como a Petrobras, uma das maiores usinas de energia, os serviços oferecidos pelos Correios, a Embraer, a Vale e dentre outras que se enquadram no processos de privatização e repasse para empresas estrangeiras que inabitam o território brasileiro, sem contar o interesse das médias e grandes empresas que lucram com a quebra das pequenas, e isso pudemos ver claramente ao longo da pandemia do Covid que vem arrasando o Brasil tanto social como economicamente encontrando brechas para instalar um modelo de expropriação da força de trabalho sem os mínimos direitos e dignidades trabalhistas.

São por estas vias que o campesinato em território brasileiro se torna mais que necessário e urgente.

Entender essa perspectiva subalterna, submissa e dependente é fundamental para que se rompa com o ideário desenvolvimentista em detrimento da segurança e soberania alimentar, haja vista o argumento dissimulado de que “o camponês é sinônimo de atraso” quando, na pura realidade, os movimentos sociais, incluído o MST que será retratado no próximo capítulo, são potências restauradoras da democracia e do direito à vida.

## 2 BRAVA GENTE: A TRAJETÓRIA DO MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil são o que há de mais moderno que temos no país. Eles trazem para o cenário nacional uma nova forma de se fazer e agir politicamente, ou seja, eles trazem para o cenário da democracia brasileira exatamente a possibilidade da democracia de massa, do exercício da democracia direta. Só não vê isso quem, de forma preconceituosa, não quer compreender estes movimentos ou a bandeira de luta pela Reforma Agrária. (OLIVEIRA, 2001)

A análise dos movimentos sociais tem se pautado sob diversos e distintos paradigmas teóricos, dentre os quais se destaca o marxista, pois através deste pode ser considerado como o que trouxe maiores contribuições para a compreensão dessa temática.

Analisados sob o viés marxista, a partir das conceituações teóricas de Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Lukács e das desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, os movimentos sociais são entendidos como processos de lutas históricas das classes e camadas sociais em situação de subordinação e que, por sua vez, objetivam a transformação das condições da realidade social, caracterizada por carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural (GOHN, 1999)

No entanto, não são todos os movimentos sociais que podem ser considerados revolucionários sob o prisma do marxismo, objetivando em suas lutas a ruptura da ordem dominante, a quebra da hegemonia do poder das elites, pois existem muitos movimentos sociais de natureza simplesmente reivindicativa de bens e melhorias coletivas, principalmente, de equipamentos públicos, ligados à cidadania e à garantia de direitos previstos em lei. Dentre os movimentos sociais que realizam luta, objetivando transformações na estrutura da realidade social, destacam-se os movimentos sociais camponeses (GOHN, 1999)

Posto isso, apesar de tudo, de toda matança e violência gerada através dos conflitos pela terra, diversos movimentos sociais, expoentes da reforma agrária, levaram sua luta adiante em prol da divisão igualitária de terras em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como é o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MTST) e o próprio Movimento Sem Terra (MST) que, assim como os precursores da cultura camponesa, mantém os princípios para uma produção tradicional de alimentos, buscando formas sustentáveis de trabalhar com o solo e com o meio ambiente a fim de oferecer alimentos de qualidade para a população, ou seja,

indo totalmente na contramão da lógica capitalista de produção agrícola atual deixando a elite mandatária do Brasil descontente. E esta situação é muito bem colocada quando analisamos nos dias de hoje ataques aos movimentos sem terra, impulsionados pelo governo federal, onde é fortalecida a ideia de ferir a Constituição ao reivindicar a retirada das terras e o despejo dessas inúmeras famílias com argumentos falaciosos de que o MST é invasor de propriedades e outros adjetivos pejorativos, sendo que assegurado pela Constituição, e pela longa história de luta dessas pessoas e dessa classe, o mínimo a se fazer é a redistribuição igualitária das terras acabando com o sistema de latifúndios improdutivo brasileiro e, por conseguinte, com a burguesia ruralista.

Atualmente, existem em todo o país cerca de nove dezenas de movimentos sociais, organizados em torno de comissões, federações, confederações e organizações que lutam pela realização da reforma agrária no Brasil (SOUZA, 2009), muitos dos quais nasceram a partir de processos de dissidências verificados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (criada em 1963) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente, a partir do ano de 1995. Movimentos esses que passaram a rivalizar com o MST, disputando a liderança e a organização social e política de milhares de trabalhadores rurais sem-terra, processo esse que se, por um lado, provocou a dispersão das lutas sociais que vinham se travando no campo brasileiro, principalmente, a partir do ano de 1985, por outro, a diversificaram, com um aumento da demanda da luta pela terra. Ainda a respeito dessa diversificação da luta pelo acesso a terra no país, cabe considerar que a década de 1990 trouxe também para a cena política novos sujeitos sociais: comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e indígenas, bóias-frias, posseiros, seringueiros, brasiguaios, brasileiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Grito da Terra Brasil, entre outros, que, conjuntamente, com o MST e as suas dissidências contribuíram para a intensificação da luta pela terra no país ao demandarem por políticas de reforma agrária (BORELLI FILHO, 2014). Assim como também elucida Comparato (2001)

Em razão desses processos de cisões verificados na luta social camponesa em meados da década de 1990, o MST a partir de 1996 passa a ser responsável por somente 1/3 das ocupações de terras realizadas no país, representando, aproximadamente, 2/3 das famílias acampadas recensadas nesse ano, pois esses novos movimentos sociais camponeses passam a

disputar o mesmo espaço político do MST. No entanto, a leitura cotidiana do noticiário político revela que o MST continua a ser um sujeito político significativo, constituindo-se no maior adversário do governo federal durante esse período. (COMPARATO, 2001).

Ao analisarmos o processo histórico, os movimentos sociais, propriamente dito o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), eclodiu com a intenção de restabelecer a terra por direito aos camponeses que foram obrigados a se retirar de suas propriedades em benefício da produção de monocultura exportadora, indo totalmente contra a produção em larga escala de monoculturas em território brasileiro o que levará, em poucos tempos, a uma perda ainda maior da soberania territorial assim como identificada por Gottmann (2012) a partir do momento em que as relações sócio-espaciais são tão fluidas e a soberania é estabelecida a partir de relações comerciais-sociais entre os demais Estados e o território, esse déficit soberano, no entanto, se dá a partir da entrada das multinacionais, e dos acordos comerciais estabelecidos internacionalmente, que se instalarão em solo brasileiro bem como do investimento em agroquímicos que modificam a estrutura do alimento fazendo com que não saibamos mais o que estamos comendo visto a tamanha modificação genética dos suprimentos básicos para alimentação e abastecimento interno.

Transversalmente, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que possuía pilares que interseccionavam com o fator ideológico de redemocratização brasileira, junto a população que também se encontrava descontente com o governo militar vigente na época, sobretudo no governo Figueiredo em 1981, conhecido como década perdida e também chamada de “milagre econômico” pelos milicos, os movimentos sociais junto com o apoio popular lutavam contra as medidas e ideias neoliberais do posterior governo de Fernando Henrique Cardoso, através de movimentos sindicalistas-corporativistas que ganharam força na época com princípios que transitavam entre terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade como um todo.

Os documentos do MST insistem em que o tipo de cooperativa que visavam construir, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), era diferente do cooperativismo tradicional. A cooperativa proposta pelo MST (uma cooperativa de oposição) deve ter um duplo caráter: econômico e político. Como empresa econômica, deve ser gerida com eficiência de modo a garantir o desenvolvimento do

padrão de vida dos assentados, mas sem criar obstáculos para o trabalho político. Este consiste em “atuar na organização política dos assentamentos, na conscientização e politização da base”, na “mobilização social” e na articulação das “lutas econômicas e políticas” e na contribuição para o Setor da Frente de Massas”. Para os dirigentes do MST, “sempre haverá uma contradição entre as duas faces do SCA: fazer a luta política e ser uma empresa econômica” (...) O desafio é buscar continuamente a superação, que necessariamente levará a uma nova contradição” (CONCRAB, 1997).

Entre os objetivos sócio-políticos do SCA está sua constituição em “uma forma de resistência ao capitalismo”; “transformar a luta econômica em luta política e ideológica”; “acumular forças para a transformação da sociedade”; e “contribuir para a construção do homem novo e da mulher nova”, ou seja, “pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras” (CONCRAB, 1997, p. 13).

Cada acampamento ou assentamento estabelece suas próprias regras, mas, em geral, o órgão soberano é a assembleia. A espinha dorsal dos assentamentos e do SCA é constituída pelos núcleos de base ou núcleos de produção. Os representantes dos núcleos formam a direção do assentamento. Além disso, devem ser criados imediatamente um grupo de mulheres e um grupo de jovens e combinados datas e local das assembleias do assentamento. Os princípios que norteiam a direção do assentamento são a direção coletiva, a divisão de tarefas e funções, o profissionalismo, a polivalência, a disciplina, o planejamento, a vinculação com as massas, a crítica e a autocrítica e o centralismo democrático (CONCRAB, 1997).

Todo assentamento ou agroindústria paga uma contribuição de 2% à coordenação estadual do movimento a fim de manter as lideranças e organicidade da luta. João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes do MST, afirma que “as coordenações fazem contribuições voluntárias à direção nacional”. Ainda segundo Stédile, a cada dois anos, “um encontro nacional de 180 delegados (...) elege a direção de 20 integrantes”. Desses, quinze participam diretamente das ocupações e assentamentos, de acordo com nossa linha de manter os líderes ligados à base. Só cinco nomes são públicos, entre eles eu, o José Rainha e o Gilmar Mauro” (STEDILE, 2012)



Em um texto elaborado em 1997, Stédile, ao elencar os princípios organizativos do MST, cita, em primeiro lugar, exatamente a “vinculação permanente com as massas”. Os demais são a luta de massas; a divisão de tarefas; a direção coletiva com divisão de responsabilidades; a disciplina; a formação de quadros; e o desenvolvimento de uma “mística”, ou seja, de um conjunto de rituais e de símbolos que estimulem a esperança em sociedade justa e fraterna (STEDILE, 2012).

Para tanto, dentro do movimento sem terra também se estabelece movimentos educacionais que lutam contra a educação bancária tanto criticada por Paulo Freire, na qual, configura-se uma pedagogia baseada na autoridade e no medo a fim de manipular, persuadir e alienar o indivíduo que mais tarde fará parte do sistema como mão de obra assalariada para estas mesmas empresas internacionais que mandam no território.

O MST, portanto, possui uma metodologia diferente, uma educação camponesa baseada na luta pelos seus ideais, uma educação propriamente política e humana a fim de formar jovens que seguirão na luta sabendo se colocar politicamente de forma cidadã a fim de requerer seus direitos enquanto sem terra e camponeses, afinal, segundo Chico Mendes, “ecologia sem luta de classes é apenas jardinagem.” Logo, os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo. Assim como assinala Souza (2008)

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2008, p. 1090)

E segue enfatizando que

(...) as experiências do tipo parcerias, entre movimentos sociais, governos e universidades, vêm sendo desenvolvidas no Brasil objetivando a formação de professores. Aproximadamente 28 projetos educativos de nível superior para assentados da reforma agrária estão em desenvolvimento no país, sendo 20 deles cursos de Pedagogia da Terra. Em 2008, sete cursos de licenciatura em educação do campo estavam em fase de aprovação no Ministério da Educação. O curso de Pedagogia da Terra, por exemplo, já existiu em aproximadamente 23 estados brasileiros, tendo surgido na Universidade de Ijuí (RS), em 1998. O Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), oriundo das discussões desenvolvidas no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, tem sido o principal programa destinado às parcerias de educação na reforma agrária. No PRONERA existem projetos de educação de jovens e adultos visando à alfabetização, escolarização e capacitação dos trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária, além de projetos de formação inicial como a Pedagogia da Terra e a licenciatura em educação do campo. Existem projetos de formação continuada como a especialização *lato sensu* em educação do campo. Os cursos de Letras, História, Geografia e Agronomia também são desenvolvidos no contexto do PRONERA” (SOUZA, 2008, p.1090-1091)

Entretanto, embora os fortes impactos que tem produzido só agora se tornem públicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra não é tão novo como parece. Ele é a expressão combinada de, pelo menos, três importantes processos. Um deles foi a modernização capitalista de fortes traços conservadores que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 60 e 70 e aguçou os conflitos agrários, principalmente nos estados de São Paulo e no Sul do país, onde surgiu o embrião do movimento. Em segundo lugar, merece destaque a ação pastoral dos cristãos ligados à Teologia da Libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira, com o ideário de setores da esquerda marxista. A origem do MST está estreitamente vinculada à emergência do “novo sindicalismo”, dos movimentos sociais urbanos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), bem como do próprio PT no final da década de 70. (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1998)

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista.

Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso,

a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam.

Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para a sua industrialização estão sendo lançadas. E o que todos assistem é o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. A ocupação recente da Amazônia bem como a legalização da grilagem em terras indígenas e camponesas é, pois, síntese e antítese desse processo violento. Se a abertura da posse pelo posseiro deriva da negação consciente à proletarização, a colonização tem sido a válvula de escape das pressões que a concentração e o esquecimento da terra traz consigo, mas a realidade da floresta amazônica e a falta de políticas públicas de fixação do homem à terra geram o retorno.

A pressão que o capital exerce em um lugar, não é a mesma em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um movimento camponês que faz a travessia do terceiro milênio. (OLIVEIRA, 2001)

### 3 MODELOS ALTERNATIVOS DE AGRICULTURA

A agricultura camponesa - hoje denominada, parcialmente errônea, de agricultura familiar - é um sistema de produção agrícola que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil, no início do século XVI.

A partir da instalação das grandes fazendas no litoral nordestino, igualmente em São Vicente, no atual Estado de São Paulo, a agricultura familiar começou a despontar como meio eficiente a subsistência das famílias, bem como de arranjo produtivo de suplementação alimentar, quando não, única fonte de alimentos para aquela população. Frente ao impulso do agronegócio e a mecanização do campo que foi estabelecida nas décadas de 60/70, despontaram na década de 1990 iniciativas das quais contrariavam, e ainda contrariam, o modelo sócio-produtivo brasileiro baseado em exportação de commodities, o que por consequência acaba gerando uma aliança dependente internacional por meio de acordos financeiros com empresas que financiavam e estimulavam o uso de agrotóxico, tal qual tornando legítimo o envenenamento coletivo do campo e recursos naturais.

Para tanto, Moraes (1999) defende a noção de que as sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com seu espaço. Logo, tal perspectiva nos ajuda a compreender o processo de construção das relações do sujeito com seu espaço, suas necessidades e os impactos e reflexos sobre a natureza, economia e a sociedade. Uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço pode evoluir para sua transformação cada vez mais ampla e profunda, pela sociedade, onde a produção de bens estará afetando as necessidades individuais e coletivas, bem como a adequação ao meio ambiente circundante.

Contudo, a partir do sistema de grilagem de terras, instalado no Brasil no final do século XIX, a posse pela terra seria somente mediante a compra e não mais como acontecia no regime de sesmaria, o que dificultou muito para a classe camponesa visto que o latifúndio e os senhores de engenho eram quem tinham os maiores donatários em questão financeira, sendo um dos principais problemas fundiários no Brasil atual haja vista grandes quantidades de terra serem consideradas como improdutivas e sem circulação de capital.

Logo, a proposta deste tópico baseia-se em discutir e exemplificar alguns conceitos e formas de manejo do solo que se estabelecem como alternativas igualmente rentáveis ao modelo convencional que presenciamos até hoje, sobretudo, muito mais saudáveis e que resguardam o saber ancestral de manejar o solo sem consequências para a natureza. É evidente que este modelo de agricultura em larga escala é doentio e só tem a trazer consequências para os solos, os canais fluviais, as águas subterrâneas, o meio ambiente e a sociedade no geral, visto seu modus operandi e a forma de como ele é executado acarretando diversos problemas à sociedade civil, como o aumento da favelização dos camponeses, a oferta de alimentos envenenados e de baixo valor nutricional, o aumento de casos oncológicos em trabalhadores rurais e, mais intimamente, a contaminação da água de milhões de brasileiros, fazendo com que este cenário se torne uma problemática de saúde pública.

Para isso, serão trazidas alguns modelos de agricultura que se propõem a ser mais gentis com o meio ambiente, com a terra e trazer mais equidades sociais, contrariando assim o sistema como todo pois se enquadra numa nova categoria de ruptura de paradigma e organização social frente ao agrobusiness.

Movimentos contrários ao modelo agroquímico, baseado no grande aporte de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, que valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos surgiram a partir da década de 1920, sendo a agricultura orgânica e biodinâmica pioneiras em seus experimentos entre os anos de 1924-1930 respectivamente pelo inglês Sir Albert Howard e o alemão Rudolf Stein que propunha além de uma agricultura mais harmoniosa com o ambiente, que esta mesma fosse voltada para a cosmovisão do ser humano e da terra.

Hoje, tornou-se mais recorrente este impulso e esta busca por uma nova agricultura, no entanto, a realidade é que ela sempre esteve presente, apesar de reprimida por interesses internacionais e é trabalho do camponês do pequeno agricultor, revolucionar este espaço que por direito é seu.

Através disso, estas diferentes formas de abordagem de agricultura não industrial e mecanizada são caracterizadas a seguir

### 3.1 AGRICULTURA ORGÂNICA

Sua origem reporta a Sir Albert Howard, agrônomo inglês que, trabalhando na Índia, no período de 1899 a 1940 (JESUS, 1985), teve contato com uma forma de agricultura que, ao contrário do que lhe havia sido ensinado na Inglaterra, estava baseada na manutenção de níveis elevados de matéria orgânica no solo. A partir da análise do que viu então, desenvolveu o processo Indore - nome referente a região da Índia onde este processo foi desenvolvido - de compostagem.

Howard (1947) fez diversas críticas ao modelo de agricultura industrial, ressaltando que a conservação da fertilidade do solo é a primeira condição para se ter um sistema de agricultura sustentável. Para ele, todas as fases do ciclo da vida, com igual importância, possuíam uma íntima relação entre si, concluindo que se deveria estudar a fertilidade do solo em relação ao sistema de produção como um todo, considerando-se não só resultados quantitativos, mas, principalmente, qualitativos. A agricultura orgânica caracteriza-se pela diversificação e integração da produção interna, sendo o termo orgânico originário da idéia de que a unidade de produção funcione como um "organismo vivo", significando que todas as atividades da fazenda (olericultura, fruticultura, criações, etc.) seriam partes de um corpo dinâmico, interagindo entre si.

Atualmente, com o aumento da demanda dos consumidores por alimentos que não ofereçam riscos à sua saúde, tem se verificado, em grande medida, uma ruptura entre o produto em si e a forma como este é produzido. Isto tem determinado que o termo agricultura orgânica, enquanto mais difundido, esteja sendo reconhecido como sinônimo das demais correntes de agricultura não industrial. Essa (re)interpretação do que seja agricultura orgânica, com foco prioritário no chamado "mercado de produtos orgânicos", tem favorecido o estabelecimento de sistemas de produção tidos como orgânicos, baseados em tecnologias de produtos. Em outras palavras, sistemas de produção que evitam, ou excluem amplamente, o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal.

A Instrução Normativa 007/99, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), considera "sistema orgânico de produção"

(...) todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGM)/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação (...) (BNDES, 2002)

Que visa:

- a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;
- a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; e
- o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.” Todo produto obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou industrial, seja in natura ou processado, é considerado orgânico.

O conceito abrange os processos atualmente conhecidos como “ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura”. Produtor orgânico, segundo a Instrução, pode ser tanto o produtor de matérias-primas como seus processadores. Alguns autores sugerem que o ideal para se iniciar um cultivo orgânico seria a utilização de terras inexploradas e instalações novas. Porém, a sugestão conflita com os próprios preceitos da filosofia da produção orgânica, pois a utilização de terras novas certamente levaria a novos desmatamentos e, conseqüentemente, a maiores desequilíbrios ambientais. Assim, a conversão de áreas de agricultura convencional para o manejo orgânico é o método mais utilizado, embora mais demorado e oneroso. (BNDES, 2002)

### 3.2 AGRICULTURA BIODINÂMICA

Criada em 1924, a partir do trabalho de Rudolf Steiner, expoente da antroposofia, a agricultura biodinâmica apresenta um forte foco filosófico e espiritual, trabalhando com as energias que criam e mantém a vida, e com certos princípios que garantem solos e plantas saudáveis. Procura equilíbrio e harmonia entre cinco elementos básicos: terra, plantas, animais, influências cósmicas e o homem (KOEPP et al., 1983). Relaciona-se com as demais correntes de agricultura não industrial, no que diz respeito à diversificação e integração das diferentes atividades da unidade de produção, à reciclagem de resíduos vegetais e animais e ao uso de adubos de baixa solubilidade e com baixa concentração de nutrientes. Apresenta ainda, mais do que na agricultura orgânica, ênfase a ideia de que a unidade de produção agrícola funcione como um “organismo vivo”, buscando a maior autonomia possível em relação a insumos externos. Utiliza preparados biodinâmicos aspergidos sobre as plantas ou adicionados aos adubos. Esse é o primeiro ponto que mais distingue este sistema das demais correntes aqui comentadas. O segundo ponto relaciona-se ao fato de que as diferentes atividades agrícolas são realizadas de acordo com um calendário astrológico (DAROLT, 2000), pautado nas fases da Lua, tal qual os indígenas executavam no início dos tempos.

### 3.3 AGRICULTURA NATURAL

Assim como a agricultura biodinâmica, esta corrente de agricultura não industrial, também tem forte cunho filosófico, tendo suas bases estabelecidas como um dos alicerces de uma religião (Igreja Messiânica), pelo filósofo japonês Mokiti Okada. Nesse caso, o princípio fundamental é que as atividades agrícolas devem ser o menos impactantes possíveis ao meio ambiente.

Motivado pelo princípio da purificação e pelo respeito à natureza, e a partir da observação dos problemas enfrentados em algumas áreas agrícolas japonesas, Okada iniciou, por volta de 1930, experimentos de campo, que culminaram com a formulação do conceito de agricultura natural em 1935 (EHLERS, 1996).

Esta é definida como um sistema de exploração agrícola que se fundamenta no emprego de tecnologias que procuram tirar o máximo proveito da natureza, isto é,



da ecologia e dos recursos naturais locais. Em outras palavras, as técnicas de cultivo de agricultura natural fundamentam-se no método natural de formação do solo, contando com a força da natureza e com todos conhecimentos técnicos científicos adquiridos ao longo da evolução humana. Assim, preconiza-se na agricultura natural, a adoção de um sistema de exploração agrícola que venha acelerar o processo de reversão do solo desgastado. Essa recuperação do solo é processada durante a fase de exploração agrícola, a fim de que o trabalho de reversão não seja antieconômico (MIYASAKA & NAKAMURA, 1989).

As idéias de Okada foram reforçadas pelo trabalho do pesquisador, também japonês, Masanobu Fukuoka, que praticamente na mesma época, mas de forma independente, chegou a conclusões semelhantes, defendendo a idéia de artificializar o menos possível o sistema de produção agrícola, mantendo este o mais parecido possível com o sistema natural anterior. Neste sentido, Fukuoka (1995) estabeleceu os quatro princípios da agricultura natural, que, de acordo com ele, aproximam esta do ponto do “fazer nada”. Estes princípios são:

- 1) não revolver o solo;
- 2) não utilizar fertilizantes;
- 3) não capinar;
- 4) não utilizar agrotóxicos.

A busca, neste caso, é do máximo aproveitamento dos processos que já ocorrem espontaneamente na natureza, com o menor gasto possível de energia. (ASSIS, 2005)

Apesar de defenderem idéias com base teórica bem semelhantes, verifica-se uma diferença no encaminhamento prático da agricultura natural, por parte dos sistemas de produção idealizados por Okada e Fukuoka.

Esta preparação refere-se ao manejo da matéria orgânica do solo, via preparação de composto orgânico, que é tida como importante somente pelos seguidores de Okada. Neste caso, porém, diferentemente das correntes de agricultura não industrial anteriormente apresentadas, restringe o uso de matéria orgânica de origem animal. Com isto recorrem a técnicas desenvolvidas para a compostagem de vegetais, como também a utilização dos chamados microrganismos eficazes (EM) e do Bayodo, mistura de terra virgem (solo subsuperficial, sem pedras e sem raízes, rico em argila e nutrientes) e farelo de arroz que é colocado para

fermentar, usado posteriormente no solo com a finalidade de fornecer uma nutrição vegetal equilibrada (MIYASAKA & NAKAMURA, 1989). .

### 3.4 AGRICULTURA REGENERATIVA

Este termo foi criado nos EUA por Robert Rodale, no início da década de 1980, ao estudar os processos de regeneração dos sistemas agrícolas ao longo do tempo, sendo um termo ligado à possibilidade de produzir recuperando os solos. De acordo com (EHLERS, 1996), esta proposta visa a regeneração e a manutenção não apenas das culturas, mas de todo o sistema de produção alimentar, incluindo as comunidades rurais e os consumidores. (ASSIS, 2005)

Da mesma forma que a anterior, esta corrente de agricultura não industrial não teve ainda uma difusão mais ampla. No Brasil, a experiência mais conhecida é a do suíço Ernst Götsch, na região sul da Bahia, onde desenvolveu um sistema agrossilvicultural para uma rápida recuperação de áreas degradadas privilegiando a produção agrícola por meio de poda intensiva das árvores, de forma a induzir o rejuvenescimento, o vigor e o crescimento das plantas, doente do que para o agente causal direto da doença. Nessa abordagem a nutrição vegetal equilibrada, tendo como base um solo vivo, é a forma de se obter resistência às fitomoléstias (CHABOUSSOU, 1987 apud ASSIS, 2005)

### 3.5 AGRICULTURA ECOLÓGICA

O termo agricultura ecológica surge, ao final dos anos 1970, também como uma proposta “unificadora” das demais correntes de agricultura não industrial, mas também, como uma reação a imprecisão do termo alternativo, na medida que este significa apenas algo diferente, podendo até mesmo significar um manejo agrícola mais devastador do que aquele que inicialmente se pretendia contrapor. A agricultura ecológica parte de uma visão unitária e sistêmica, isto é, uma visão de conjunto, na qual a propriedade agrícola é encarada como uma "Unidade Funcional" de um sistema maior - a natureza.

Desta forma, propõe soluções alternativas aos modelos hoje em dia ensinados e praticados quase que globalmente. A unidade de produção agrícola, como

organismo independente, trata, por exemplo, fertilidade do solo e saúde das plantas como fatores inseparáveis.

A preocupação fundamental do agricultor ecológico é a melhoria e manutenção da fertilidade natural do solo, sabendo que esta fertilidade está muito relacionada com a microvida do solo, possibilitando a obtenção de plantas saudáveis, e, portanto, em condições de suportarem e reagirem a pragas e agentes patogênicos (LUTZENBERGER, 1983). Ao reagir ao termo alternativo e formalizar o pensamento de que para mudar é necessário precisar o caminho que se deseja percorrer, a agricultura ecológica introduziu a ideia de que a mudança do modo de produção deveria aliar as necessidades ecológicas com as sócio-econômicas. (ASSIS, 2005)

### 3.6 AGRICULTURA ALTERNATIVA

A partir dos anos 1960, com os primeiros indícios de que a agricultura industrial apresentava problemas energéticos e econômicos, além de causar danos ambientais crescentes, as correntes de agricultura não industrial começaram a sair do quase anonimato. Neste sentido é que surge, na década de 1970, o termo agricultura alternativa, como identificador de uma proposta de certa forma “unificadora” das demais correntes de agricultura não industrial (orgânica, biodinâmica, biológica e natural). (ASSIS, 2005)

Os sistemas alternativos são, em geral, diversificados e enfatizam o manejo; as ligações biológicas, como as existentes entre a praga e o predador; os processos naturais como a fixação biológica de nitrogênio ao invés de métodos químicos intensivos. O objetivo é sustentar e intensificar em vez de reduzir e simplificar as interações biológicas, das quais depende a produção agrícola. A agricultura alternativa envolve um espectro de sistemas agrícolas, variando desde os que atentam para o não uso de insumos químicos sintéticos, até sistemas que envolvem o uso prudente de pesticidas ou antibióticos para controlar pragas e doenças específicas, podendo abranger todos sistemas aqui relatados (NRC, 1989 apud ASSIS, 2005)

### 3.7 AGROECOLOGIA

A agroecologia tem sido difundida na América Latina, em outros países e no Brasil, em especial, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. O objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Através disso, o movimento agroecológico visa auxiliar a superar entraves sociais e produtivos que são constituídos a partir da atual condição de marginalização e exclusão de certos grupos sociais e da sua necessidade urgente em obter “resultados imediatos” no plano da reprodução social. (ALTIERI, 2008)

A Agroecologia, hoje, assim como desde a década de 1980 praticada pelos movimentos sem terra como o MST, escancara definitivamente o quão o campo é importante para alimentação brasileira e o quão urgente se torna o discurso em prol da Reforma Agrária em um território colonizado, tecnocrata, que sustenta uma burguesia latifundiária em detrimento de incentivos e acordos fiscais internacionais inflando o produtivismo e viabilizando políticas agrícolas inadequadas. Este sistema permite que haja uma reconstrução da imagem da trama social a partir de novas experiências sociais e agregação de grupos que, por certas vias, perderam sua identificação profissional e social; viabiliza o incremento da produção, com qualidade e maior conservação ambiental, capaz de atender a uma demanda crescente de alimentos pela população.

É evidente que há diversas formas de agricultura menos impactantes e mais rentáveis que a agricultura convencional que não foram citadas aqui, no entanto, para este trabalho em específico, buscou-se debruçar mais atenção na prática agroecológica sendo esta adotada pelos movimentos sociais estudados neste ensaio.

#### **4 A AGROECOLOGIA COMO NOVA FORMA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FRENTE AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A LUTA PELO MEIO AMBIENTE**

Em que pese os inúmeros projetos de desenvolvimento internacionais e patrocinados pelo Estado, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento.

Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, maquinários e acordos internacionais aconteceu sem a distribuição da terra.

Os benefícios dessa medida – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (REDCLIFT; GOODMAN, 1991 apud ALTIERI, 2008)

Segundo Primavesi (2003), o início de toda complicação se estabelece inicialmente no solo, no qual as culturas que foram selecionadas para plantio foram trazidas e retiradas de solos temperados, sendo quase um crime com o solo tropical brasileiro visto a adaptação destas culturas num solo pobre com o auxílio constante de fertilizantes e insumos químicos.

A água por não conseguir penetrar no solo compactado, deixa os aquíferos e rios vazios. O solo torna-se compactado pela aração profunda, pela monocultura, o que aumenta o uso de adubos químicos e herbicidas, mantendo o solo limpo e desprotegido, exposto ao impacto da chuva e ao aquecimento. Desse modo, as plantas crescem doentes porque não podem desenvolver seu sistema radicular em solos compactados. Muitas vezes vivem somente da fertirrigação, como o abacaxi, e alcançam poucos nutrientes. (PRIMAVESI, 2003)

Logo, a crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente

limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais.

As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas (CHAMBERS; GHILDYAL, 1985 apud ALTIERI, 2008).

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável ganhou rápido impulso em resposta ao declínio na qualidade da vida rural, bem como à degradação da base de recursos naturais associada à agricultura moderna. O conceito de sustentabilidade é controverso e quase sempre mal definido; apesar disso, é útil, pois reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais, isto é, o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de muitos fatores.

Assim sendo, a produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (CONWAY E BARBIER, 1990 apud ALTIERI, 2008).

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido.

Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. (ALTIERI, 2008)

Para tanto, a agroecologia neste cenário caótico, se configura como uma alternativa aos moldes convencionais de produção e reprodução no capital em território nacional visando a correlação do homem com seu meio ambiente particular concomitante a preservação dos ecossistemas e meio ambientes naturais necessários à sobrevivência das espécies endêmicas de cada região, ou seja, a

agroecologia é um sistema holístico que configura-se o respeito com a terra, com as comunidades, com as tradições, através do saber ancestral de diversos povos da América Latina sendo uma alternativa mais que viável à produção de alimentos bem como um estabelecimento da soberania alimentar nacional.

Assim sendo, a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.

Segundo Altieri (2008),

(...) o sistema agroecológico trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2008, p. 23).

Ainda segundo este mesmo autor, a agroecologia pode ser definida em linhas gerais como uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis

Por esta razão, num contexto de intensa degradação ambiental, desigualdade social, perda de biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, como é o caso brasileiro, o seu fortalecimento tem sido buscado e reivindicado por diferentes atores sociais e econômicos (CAPORAL; RAMOS, 2006).

O movimento agroecológico no Brasil tem se apresentado como resistência e símbolo de luta desde sua introdução nos anos 80. Mostrando-se contrária ao modelo industrial de agricultura, a agroecologia busca um desenvolvimento rural sustentável, integrando uma visão holística aos agroecossistemas, respeitando sua complexidade, adotando práticas de base ecológica, assim como levando em consideração suas dimensões econômica, social, cultural, ecológica, política e ética (NODARI; GUERRA, 2015).

Visto a conjuntura atual, a crescente preocupação dos consumidores com temas como a segurança alimentar e a qualidade dos produtos consumidos também tem influenciado agricultores a adotar práticas agrícolas de base mais ecológica. Neste novo arranjo socioprodutivo, no qual importantes relações de diálogo e confiança são construídas entre agricultores e consumidores, estes últimos tornam-se também atores do processo de desenvolvimento, estreitando a relação de comércio curto, ou seja, agricultor-consumir, pulando etapas de transporte e logística. Sendo assim, o potencial destas relações pode ser observado principalmente através das iniciativas ligadas a formas alternativas de produção e consumo, em contraposição aos sistemas agroalimentares hegemônicos e às cadeias longas de comercialização (ESCOSTEGUY et al, 2019)

As políticas públicas voltadas à agroecologia, criadas durante governos populares no Brasil (2003-2016), especificamente nos governos Lula e Dilma, induziram ao fortalecimento desse movimento, sendo um marco de conquista para os agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas e comunidades tradicionais.

No entanto, o golpe cívico-jurídico-midiático de 2016 levou ao retrocesso nas políticas estatais, sendo introduzido no país um governo fascista e ultradireitista, que tem fortalecido os setores empresariais e do agronegócio, visando prioritariamente o lucro (DAL MORO, 2019).

No governo de Jair Bolsonaro, em apenas um ano, diversos programas nacionais de incentivo à agroecologia foram paralisados ou sofreram sérias modificações, que têm impactado diretamente na manutenção do movimento agroecológico. (STÉDILE, 2012)

Todavia, a respeito do movimento agroecológico, este se deu em território nacional a partir da década de 80 como mencionado anteriormente com a luta dos povos originários bem como camponeses, quilombolas e indígenas que contrapuseram as ideias impulsionadas pela Revolução Verde e o uso intensivo de agrotóxicos nas culturas destinadas à exportação, correspondente a 76% do uso da terra em detrimento dos latifúndios.

Formado por agricultores familiares, camponeses, extrativistas, comunidades tradicionais e indígenas, este impulso tem construído formas de luta e resistência contra a perspectiva hegemônica da agricultura (FONTOURA; NEVES, 2016;



SOUSA, 2017). Essas formas de luta e resistência estão inclusive organizadas em movimentos sociais que reivindicam a produção sustentável de alimentos, entre outras pautas importantes, como a reforma agrária. São exemplos desta realidade os movimentos sociais ligados à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). (NUNES; NUNES; MARASCHIN, 2020)

Denominado inicialmente como “agricultura alternativa”, o movimento agroecológico reuniu diferentes correntes, tais como a agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, permacultura e a agricultura ecológica, todas lutando à sua maneira, pelo mesmo propósito: por direitos sociais, econômicos, ambientais e políticos (CURADO; TAVARES, 2017).

A adoção da prática agroecológica tornou-se, neste contexto de luta política, um estilo de vida, uma ideologia. Alguns avanços legais e institucionais puderam ser observados neste sentido, principalmente a partir dos anos 2000, a exemplo da linha de crédito especial Pronaf Agroecologia, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), assim como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188 de 2010), no qual baseia seus princípios segundo Art. 3º através do

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (PLANALTO, 2010)

Governos estaduais também criaram programas de incentivo à produção agroecológica em diversas regiões do Brasil (NORDER et al., 2016). Agências oficiais de extensão rural, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (EMBRAPA) também começaram a adotar diretrizes da agroecologia em seus projetos estratégicos e linhas de ação.

Por conseguinte, pesquisas têm demonstrado que uma forma de resistência à cultura dos agrotóxicos advém dos próprios consumidores, que estão cada vez mais preocupados com a manutenção da sua saúde e com os impactos ambientais da sua alimentação. Este movimento é sinalizado por Goodman (2003) como uma virada da qualidade (quality turn), que estaria ligada às redes agroalimentares alternativas, principalmente através dos circuitos curtos de comercialização que reduzem a dimensão da cadeia produtiva de alimentos, aproximando produtores e consumidores enquanto atores sociais em um mesmo sistema.

Lima et al. (2019) descrevem que no Brasil a produção e o consumo de produtos orgânicos têm aumentado nos últimos anos, ainda que em ritmo mais lento comparativamente a outras partes do mundo. Os principais desafios elencados pelos autores são a concentração de terras e a predominância de cultivos em monocultura que limitam o aumento da conversão orgânica (ou transição agroecológica) e diversificação produtiva e a conservação de sementes crioulas, impondo barreiras aos investimentos voltados às pesquisas e inovações tecnológicas baseadas na agroecologia. (NUNES; NUNES; MARASCHIN, 2020)

Dito isso, no seio da questão agrária brasileira, estes dois paradigmas estão colocados da seguinte forma: de um lado a Revolução Verde, modernização da agricultura e biotecnologia, reafirmando a velha forma do latifúndio; de outro lado a agroecologia, como uma das formas de (re)criação do campesinato, negando o fim dessa classe e se afirma nos movimentos sociais, com modelo de produção com base ecológica permitindo às famílias permanecerem no campo, diminuindo a concentração de terras e as desigualdades sociais. (GUIMARÃES; MESQUITA, 2010)

Na agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2008). Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais. O aproveitamento de interações e sinergismos complementares pode resultar em efeitos benéficos pois, segundo Altieri (2008)

- cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;
- assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado;
- fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;
- contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento; (ALTIERI, 2008, p. 24)

Assim sendo, a agroecologia engloba uma pluralidade de sistemas produtivos e práticas agropecuárias sustentáveis partindo de uma prática de produção contra-hegemônica, a agroecologia pode materializar-se em um discurso político emancipatório. E de um discurso político emancipatório, a agroecologia pode materializar-se em práticas de produção contra-hegemônicas.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instituiu em seu discurso a agroecologia enquanto bandeira política a fim de se contrapor ao modelo agrícola hegemônico e também como oportunidade de se integrar aos debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Os atos intrínsecos e extrínsecos à adoção da agroecologia enquanto estratégia política materializaram-se de diversas formas, desde ações diretas de enfrentamento às empresas transnacionais agro-farmacêuticas nas “Jornadas de Agroecologia”, às ações locais como oficinas e cursos de capacitação em agroecologia nos assentamentos de reforma agrária.

Ademais, o MST é um dos pioneiros no engajamentos das campanhas de alimentos sem agrotóxicos no qual em 1996, lançou-se uma campanha intitulada “Plantando Seremos Milhões”, estimulando o plantio de árvores nativas e frutíferas nos assentamentos, antes devastados pelos antigos proprietários de terras. A partir desse período, algumas experiências na área da produção agroecológica são destacadas: o cultivo de arroz ecológico, no qual se produz toneladas anualmente, soja orgânica, sementes orgânicas de hortaliças, pêssegos ecológicos, erva e chá-mate ecológico e café orgânico. Cria-se também a BIONATUR, com a tarefa de fabricar sementes agroecológicas, promover a agroecologia e diversas outras estratégias de recuperação dos sistemas de produção (CORRÊA, 2007).

A partir de 2001, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável figuram como algumas das principais bandeiras do MST. O setor de produção é transformado em setor de produção, cooperação e meio ambiente. Articulado com a Via Campesina Internacional e com o Fórum Social Mundial, o MST começa a promover uma política

de enfrentamento às empresas agro-farmacêuticas. Nesse mesmo ano, com integrantes da Via Campesina Internacional, ocupou-se a área da Monsanto na cidade de Não Me Toque-RS. Em 2002, essas duas entidades populares participam do Encontro Nacional de Agroecologia e realizam a Primeira Jornada de Agroecologia em Cascavel-PR, com a ocupação do Centro de Pesquisa da Monsanto.

Durante o Terceiro Fórum Social Mundial, lançaram a campanha “Sementes – Patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, visando intensificar as experiências agroecológicas e o combate às empresas transnacionais agropecuárias. Foram operacionalizadas diversas oficinas, cursos de formação e cursos universitários dentro da temática do desenvolvimento sustentável. Em parceria com o Governo da Venezuela, do estado do Paraná (sob o mandato de Roberto Requião) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), inaugurou-se em 2005, a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELLA), no município de Lapa-PR. Em 2009, após uma série de ocupações na área de pesquisa da multinacional Syngenta, o MST conseguiu desapropriar o campo de experimentos ilegais de soja transgênica e fundou (em parceria com o Governo do Paraná) o Centro de Pesquisa Agroecológica Valmir Mota Oliveira (Keno) (ZACCONE, 2012; CORRÊA, 2007).

A partir disso, a agroecologia consolidou-se no MST através do seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra-hegemônico à Revolução Verde. Atualmente, essas experiências irradiam-se em diversas ações, em todas as regiões do país, contra a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantin, Nestlé, entre outras. As alternativas tecnológicas da agroecologia são irradiadas das mais diversas formas. Desde centros produtores de referência, como a COPAVI em Paranacity-PR, até experiências de viveiros de mudas nativas e banco de sementes crioulas em acampamentos espalhados pelo Brasil (CONCRAB, 2007).

Para tanto, além dessas iniciativas consolidadas pelo MST e demais entidades, cabe ressaltar também um impulso mais recente, em 2011, que já completa 10 anos de existência em 2021, que é a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida no qual um dos objetivos deste ato é justamente abrir um debate com a população através da propagação midiática informativa sobre os danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades gerados pelo uso abusivo de agrotóxicos.

Esse é também o objetivo maior de "O veneno está na mesa" parte I e II, documentário lançado por Silvio Tendler em parceria com a FioCruz. Tal qual a imagem que ilustra o cartaz da Campanha – um monomotor pulverizando pesticida sobre o succulento prato de salada crua – o filme procura ser didático para apresentar o complexo tema. E o título não poderia ser mais explícito. Com denúncias fortes, é um documentário que causa impacto, sobretudo nos consumidores das cidades, visando atingir o maior número de pessoas e alertar sobre o uso extensivo e irresponsável de agrotóxicos que adoecem paulatinamente a população e sobretudo a população do campo.

De fato, o documentário apresenta e busca elucidar e denunciar várias questões, por exemplo, como o modelo industrial agroquímico aplicado no campo faz com que o agrotóxico chegue à mesa do brasileiro não apenas nas frutas e verduras, mas na pizza, no pão e no macarrão que são produzidos com um trigo transgênico também tratado com agrotóxico; ou que se “orgânico é para rico e pobre come agrotóxico” – uma das vinhetas do documentário - é pelo fato de que a política agrícola brasileira é uma política de incentivos aos agrotóxicos (que os isenta de impostos) e que subsidia o agronegócio (o crédito rural é condicionado ao uso obrigatório dos pesticidas) ou ainda como a Revolução Verde no próprio dizer de um produtor e agricultor paulista, apresentado logo no início da narrativa, conseguiu “destruir, apagar, esquecer toda a herança de agricultura tradicional, todo o conhecimento acumulado ao longo dos seus dez mil anos e criou-se um negócio totalmente novo”

Neste sentido, a partir da aplicação do plano cartesiano advindo da Revolução Industrial, no qual difere e impõem técnicas vindas de fora, excluindo saberes ancestrais, contrapondo humanidade/natureza, por exemplo, fez com que não se conseguisse enxergar a natureza como um organismo vivo que possui limites para os usos. Esta racionalidade foi ainda a responsável por moldar diversas esferas tais como a tecnologia, as esferas produtivas, a burocracia e, sobretudo, o aparelho ideológico do estado (LEFF, 2002).

A partir disto, no entanto, entendemos que há um processo de politização da natureza, visto que as questões ambientais integram um processo político amplo que prevê disputas ideológicas, econômicas e instaura responsabilidades, direitos e deveres sobre o ambiente. A questão ambiental passa a ser um elemento central na disputa política de um projeto de sociedade: de um lado um modelo cujo

desenvolvimento incide diretamente sobre a natureza e, do outro, um modelo que tenta aliar este desenvolvimento à preservação do ambiente. “O ambiental revela-se como uma nova força produtiva e uma nova força política” (LEFF, 2002, p.155)

Somado ao processo paradigmático, as transformações oriundas da globalização acentuaram o predomínio da racionalidade econômica na sociedade e influenciaram o cenário de crise ambiental planetária cujos efeitos não estão restritos apenas ao espaço urbano, mas também se estabelece em um ambiente rural.

Assim sendo, de acordo com sua Página Oficial, a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida” busca atingir os seguintes objetivos

Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas)  
Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;  
Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.  
Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica. (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011)” (COVER; RODRIGUES, 2015, p. 212)

Os objetivos elencados pela campanha, são levados a cabo pelas entidades que compõem a frente em diferentes atividades, através de ações educativas como palestras e debates em escolas, universidades, assentamentos, comunidades rurais, comunidades urbanas, audiências públicas etc. Outro conjunto de atividades se dá no âmbito da articulação política e na pressão sobre o governo e o legislativo. (COVER; RODRIGUES, 2015)

Em termos de intervenção junto aos governos e ao legislativo, a Campanha contra os agrotóxicos têm apresentado a seguinte pauta com as principais exigências da Campanha contra os agrotóxicos:

- Exigir que o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e Banco Central determinem a que seja proibido a utilização dos Créditos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para a aquisição de agrotóxicos, incentivando a aquisição/utilização de insumos orgânicos e a produção de alimentos saudáveis;

- Exigir da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – a reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público;
- Que os governos estaduais e assembleias legislativas proíbam a pulverização aérea (feita pela aviação agrícola) de agrotóxicos em seus estados;
- Que o Ministério da Saúde organize um novo padrão de registro, notificação e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde dos casos de contaminações, seja no manuseio de agrotóxico, seja na contaminação por água, meio ambiente ou alimentos, orientando a todos profissionais de saúde para esses procedimentos;
- Que haja fiscalização para que se cumpra o código do consumidor e todos os produtos alimentícios tragam no rótulo se foi usado agrotóxico na produção, dando opção ao consumidor de optar por produtos saudáveis;
- Aumentar a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos, desde a fabricação na indústria química até a utilização na lavoura e o manuseio no transporte;
- Exigir que o Ministério Público Estadual e Federal, e organismos de fiscalização do meio ambiente, fiscalizem com maior rigor o uso de agrotóxicos e as contaminações decorrentes no meio ambiente, no lençol freático e nos cursos d'água. (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011)” (COVER; RODRIGUES, 2015, p. 213)

Ao analisar, portanto, a pauta reivindicada pelas diversas entidades, sejam elas empresariais, do campo ou até mesmo da saúde, percebemos que pela abrangência a pauta de reivindicações se conecta com as diferentes áreas de atuação dos atores sociais, demonstrando o caráter de diversidade dos envolvidos em torno da questão. O propósito de elaborar uma pauta para dialogar com o governo, já remonta a uma prática corrente entre os movimentos sociais e sindicais.

Os pontos refletem perspectivas de diferentes sujeitos sociais que interagem com a problemática dos agrotóxicos: os empregados e empregadas rurais que aplicam os produtos e sofrem consequências em sua saúde; as comunidades rurais que são banhadas por agrotóxicos jogados de aviões; os profissionais de saúde que atendem os pacientes e não tem em seus formulários orientações para registrar casos provenientes de contaminação por agrotóxicos; a preocupação ambiental com a contaminação dos solos e dos mananciais de água; a preocupação dos consumidores em não saber a qualidade dos alimentos que estão consumindo. Na medida em que os pontos dos diferentes atores são incluídos na pauta, a plataforma passa a ser mais representativa. (COVER; RODRIGUES, 2015)

#### 4.1 A CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA: DEFINIÇÃO, OBJETIVO E PRINCIPAIS BANDEIRAS DE LUTA

A Campanha tem como missão atuar em defesa da vida e da natureza, e lutar pela garantia da produção de alimentos saudáveis para a população. Neste contexto, a luta contra os agrotóxicos torna-se indissociável da luta contra os transgênicos, já que ambos fazem parte do mesmo pacote tecnológico imposto pelo agronegócio. Entendemos que a luta pelo fim dos agrotóxicos e transgênicos exige então a adoção de medidas estratégicas. Portanto, destacam-se 5 bandeiras principais que guiam as ações imediatas:

1. Banimento dos agrotóxicos banidos em outros países do mundo. O Brasil ainda utiliza pelo menos 10 princípios ativos de agrotóxicos que já foram banidos em aproximadamente 45 países. São substâncias de comprovada nocividade à saúde humana e ao ambiente. Alguns dos efeitos crônicos observados são: alterações cromossômicas, malformações congênitas, infertilidade masculina, câncer, neurotoxicidade, interferentes endócrinos, doenças hepáticas, doenças respiratórias, doenças renais e dermatológicas (AGUIAR JÚNIOR; PEREIRA, 2014).

2. Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos. No Brasil, um conjunto de normas reduz drasticamente a cobrança de impostos sobre agrotóxicos. A luta contra a isenção fiscal se refere ao convênio de nº 100/975, que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos agrotóxicos, o decreto nº 5.195/20046 que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/ PASEP e da contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS, e por último o decreto 6.006/20067 que disserta sobre a incidência de impostos sobre produtos industrializados – TIPI, onde os agrotóxicos são isentos de taxa (AGUIAR JÚNIOR; PEREIRA, 2014).

3. Fim da pulverização aérea. A pulverização aérea no Brasil é utilizada principalmente em áreas de grandes monocultivos. Esta prática é especialmente danosa pela sua capacidade de contaminação de grandes extensões para além das áreas de aplicação. Diversos estudos mostram a baixa eficácia deste tipo de aplicação, já que apenas uma pequena parcela do veneno atinge o alvo. O restante contamina o solo, os rios e as comunidades do entorno. Episódios como a intoxicação de mais de 100 estudantes após um banho de agrotóxicos em Rio Verde, Goiás, em 2013, revelam a urgência do fim da pulverização aérea de agrotóxicos (AGUIAR JÚNIOR; PEREIRA, 2014).

4. Em defesa da água sem agrotóxicos. O Brasil tem, nos últimos anos, aumentado os níveis aceitáveis de agrotóxicos na água. A legislação mais recente estabelece um Valor Máximo Permitido (VMP) de resíduos na água para 27 tipos de agrotóxicos, 15 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), 15 produtos químicos orgânicos (solventes) e 7 produtos químicos secundários da desinfecção domiciliar. Ainda assim, um número ínfimo de municípios de fato realiza o controle. Diversos estudos mostram a contaminação dos aquíferos Guarani e Jandira, que abastecem grande parte da população brasileira.

5. Conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos. O direito de decidir livremente sobre o quê produzir, como trabalhar e como se alimentar se mostra inviabilizado pelo avanço das lavouras transgênicas. Por isso,



defendemos a possibilidade de declaração de áreas livres de agrotóxicos e transgênicos, onde se possa garantir o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica. “ (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2014, p.153-154)

Além destas bandeiras, destacam-se outras linhas de ação que devem ser seguidas de acordo com os contextos locais:

1. Por alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos;
2. Produção de alimentos saudáveis para o povo;
3. Fim do uso de herbicidas no meio urbano para capina química;
4. Rotulagem e acesso e à informação sobre agrotóxicos nos alimentos;
5. Reestruturação da Comissão de Biossegurança, que avalia os transgênicos;
6. Alimentação escolar sem veneno;
7. Articulação entre produtores e consumidores;
8. Fortalecimento de pesquisa em relação aos impactos à saúde humana e ambiente;
9. Ampliação e fortalecimento do processo de avaliação, monitoramento e fiscalização dos agrotóxicos;
10. Articulação internacional sobre tratados e organismos multilaterais. (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2014)

A estruturação da Campanha subdividiu-se em comitês com a participação da população e organizações da sociedade civil. Os comitês são responsáveis pela luta cotidiana nos territórios, municípios e estados, e reúnem a militância engajada em cada local. As organizações, locais ou nacionais, são movimentos sociais do campo e da cidade, centrais sindicais e sindicatos rurais e urbanos, movimentos estudantis, organizações não-governamentais ligadas à agroecologia e questões ambientais, entidades públicas de ensino e pesquisa comprometidas com a saúde coletiva, além de mandatos parlamentares que apoiam a luta contra os venenos.

Estas organizações articulam a campanha entre sua base, e também, de acordo com a conjuntura local, podem integrar os comitês nas regiões em que atuam. E nacionalmente três instâncias são responsáveis pelo andamento da Campanha como Coordenação Nacional (CN) composta por representações das organizações e dos comitês estaduais, o Grupo Operativo (GO) composto por pessoas indicadas pelas organizações ou comitês que possuem disponibilidade para dar andamento às tarefas cotidianas da Campanha e a Secretaria Operativa que reúne atualmente três

peças sendo uma responsável pelas tarefas diárias de mobilização e animação da campanha; uma pessoa em Brasília, responsável pelas articulações com o Estado e uma pessoa dedicada às atividades de comunicação. (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2014)

Sabe-se que a mídia desempenha papel fundamental no que tange a informações de qualidade, para tal, ao se tratar dos veículos de comunicação, particularmente, deve ter sido uma das alternativas mais assertivas do movimento visto que não eram somente propagandas vazias, mas sim um instrumento de conscientização social, baseado em cartazes e slogans disparadores no qual as imagens e materiais produzidos foram orientadas com intencionalidades claras de comunicação e diálogo com a sociedade, onde a comunicação é vista como uma via de mão dupla na interação com diferentes grupos e onde se aposta no direito ao acesso às informações claras e verdadeiras que sintetizam a realidade atual brasileira.

Juntamente com essas propagandas informativas vieram, também, os cadernos de formação que foram uma junção de diversos tipos de trabalhos de pesquisadores e colaboradores a fim de corroborar cientificamente com a produção e distribuição massiva dos agrotóxicos, o primeiro exemplar se deu em caráter físico e impresso tendo sua circulação massiva em diversos estados brasileiros enquanto que o segundo não ostentou uma circulação física tão grande se atendo mais ao meio digital e se concentrou nas orientações de como construir um comitê, como organizar uma audiência pública, apontar quais as datas nacionais de luta da campanha e porque da definição de cada uma delas, etc. Em resumo, pode-se dizer que o segundo caderno cumpriu a tarefa de aprofundar as reflexões apontadas pelo primeiro, mas também foi um instrumento organizativo da Campanha. (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2014)

Assim como os cadernos de formação, ao mobilizar o campo da ciência a ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva - se lançou ao desafio de confeccionar um Dossiê reunindo e sintetizando os diversos estudos que comprovaram os efeitos dos agrotóxicos na saúde. Para além do resultado final, o processo de construção do Dossiê foi fundamental no estabelecimento de uma rede de cientistas engajados e dispostos a construir um jeito de fazer ciência em parceria com os movimentos sociais. O "Dossiê Abrasco – Um alerta sobre impactos dos

Agrotóxicos” foi lançado durante o ano de 2012 em 3 etapas. A parte 1 recebeu o nome de “Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde”, e foi lançada durante o Congresso Mundial de Nutrição, em abril de 2012, no Rio de Janeiro. A segunda parte teve como mote “Agrotóxicos, Saúde e Sustentabilidade”, em consonância com os debates realizados durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, no Rio de Janeiro, em junho de 2012, onde foi lançada. A 3ª parte do Dossiê – Agrotóxicos, Conhecimento e Cidadania – contou com a participação ativa da Campanha no planejamento e elaboração dos textos que compuseram o documento. Além do debate específico sobre o tema dos agrotóxicos, o volume trouxe à tona reflexões sobre o modo de fazer ciência, mencionando inclusive a Agroecologia como um dos paradigmas da ciência. O diferencial desta 3ª parte foi a inclusão no dossiê das “Vozes dos Territórios” que contou com o depoimento de dezenove comunidades afetadas pelos agrotóxicos onde foram convidadas a escrever cartas em que expressaram o drama da luta cotidiana pela sobrevivência junto ao agronegócio, mencionando ainda a dificuldade de se implantar a agroecologia em meio a tantos locais afetados por agrotóxicos e sementes transgênicas, (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2014) onde se vê que o patrimônio genético brasileiro - tão rico e diverso - se perdeu em meio ao capital financeiro agrícola.

Além disso, outro trabalho importantíssimo elaborado pela Campanha foi a confecção de uma cartilha de formação de base que foram distribuídos aos agricultores do campo, visto que a visibilidade maior estava concentrada na cidade, ainda mais com a exibição do documentário “O Veneno está na Mesa” elaborado em parceria com a FioCruz. Para tanto, esta cartilha contempla sete oficinas que abordam temas como: a construção da Campanha, análise de conjuntura, problemas dos agrotóxicos, agroecologia, transição agroecológica, agroecologia na prática e atividades com as crianças que estimulam um olhar mais crítico e político do campo, afinal, se o campo não planta a cidade não janta, indicando assim que a luta por soberania alimentar e territórios sustentáveis só se dá através de uma aliança entre campo-cidade, estreitando inicialmente os laços entre consumidor-produtor rural.

#### 4.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO AGROECOLÓGICO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)

Apesar de hoje a Agroecologia se consolidar no MST e em suas pautas reivindicativas, em seu início, o movimento preconizava um modelo de assentamento rural inspirado nas ideias de Lênin e Kautsky, isto é, altamente produtivos, especializados, integrados verticalmente e coletivizados. De acordo com estes autores, que se baseavam e se inspiravam nos escritos de Marx e, por conseguinte, se enquadravam numa linha marxista-ortodoxa, o camponês seria obliterado mais cedo ou mais tarde pela mecanização agrícola, ou seja, não haveria, futuramente, espaço para o camponês e seus saberes numa sociedade exacerbadamente produtivista, tecnológica e mecanizada.

Logo, estes sujeitos para obterem maior apoio e visibilidade para suas causas deveriam se aliar aos movimentos revolucionários citadinos, já que na visão destes autores, levando em consideração o período histórico, não viam no campesinato e nem no camponês um status de caráter revolucionário e duradouro.

A partir deste pensamento verticalizado, no entanto, originaram-se e implementaram-se mais de 40 estabelecimentos no Brasil voltados para Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que visava a coletivização da terra e dos meios de produção bem como a divisão de trabalho e outros aspectos, transformando um ideário socialista russo numa verdadeira escala produtivista formando grandes ilhas socialistas por todo território através de suas práticas diferenciadas no que tange a produção e distribuição.

Para estimular o cooperativismo, nessa vertente de caráter estritamente coletivista, o MST organizou diversos cursos de formação para os assentados, baseados na teoria de organização do campo elaborada por Clodomir Santos de Moraes. Borges (2010) explica que essa teoria possibilitou a elaboração de uma proposta cooperativista, baseada na forte mecanização, na divisão e especialização do trabalho e na produção em escala, tendo como principal referencial teórico o pensamento de Kautsky.

A teoria de organização do campo caracterizava-se por ser altamente impositiva, forçando um modelo organizacional aos assentados. Baseada na superioridade do proletariado de Marx, Kautsky e Lênin, esta teoria desqualificava o chamado comportamento ideológico camponês que era caracterizado como isolacionista, individualista e personalista; sendo que este comportamento deveria ser eliminado. (BRENNEISEN, 2002) (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 654)

### Ainda segundo Borsatto e Carmo (2013)

A implementação dessa teoria tinha em vista a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskyana e leninista, no modelo dos colcoses soviéticos, fortemente mecanizadas, com utilização intensiva de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria, nas quais todos os meios de produção seriam coletivos. Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e, concomitantemente, desenvolver a consciência revolucionária. Isso desenvolveria nesses cooperados sua consciência de classe e os levaria a trocar seus interesses predominantemente pessoais – oriundos, segundo a teoria, de sua condição de camponês –, por interesses coletivos – vistos como superiores. ( BORSATTO E CARMO, 2013, p. 654)

Em relação ao aspecto produtivo, esse modelo se baseava exclusivamente nas proposições da Revolução Verde, fato que levou os assentados a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola. Ademais, como produziam majoritariamente commodities para o mercado, também ficaram na dependência dos oligopólios agroindustriais em relação aos preços auferidos por sua produção.

Através disso, paradoxalmente, o MST difundiu em seus assentamentos um modelo de produção que tinha sido a causa da expropriação dos camponeses em um momento anterior. É certo que este modelo tinha incorporado novas dimensões, como a coletivização e sistematização do trabalho, bem como a divisão social do capital com vistas a suplantarem os problemas anteriores; porém, os agricultores continuaram dependendo do mercado, tanto para a aquisição dos bens para produção quanto para a comercialização de suas mercadorias, fato que levou os assentados a ficarem reféns de conjunturas que não estavam sob o seu controle. Também é certo que os princípios preconizados pelas teorias de Marx, Lênin e Kautsky, quando transformados em práxis pelo MST, não se confirmaram. (BORSATTO; CARMO, 2013). As CPAs, com exceções, não viraram modelos de sucesso a serem seguidos, pelo contrário, criaram nos assentados um forte sentimento de resistência, visto que estavam praticando um tipo de agricultura-pecuária que ia de encontro ao que tanto lutavam contra através do tipo de projeto de coletivização imposto, no entanto, a partir da crise instalada nas CPAs, buscou-se a adoção de outras estratégias de sobrevivência, como a apropriação do discurso da Agroecologia a partir da década

de 90 com aportes teóricos baseados nas teorias de Chayanov e dando início a um processo de diferenciação e, posteriormente, a exclusão dos assentados.

A constituição do discurso da Agroecologia no MST ocorre em um contexto sócio histórico vivenciado no Brasil, o qual é gerador de experiências em tecnologias sociais de caráter socioambiental tanto em âmbito urbano, quanto rural junto a sua população. Em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social. (BORGES, 2007)

A partir de meados da década de 1990, no entanto, passou-se a difundir uma proposta mais preocupada com outras dimensões além da produtiva, em que as esferas sociais, político-organizativas e ambientais ganharam destaque e importância, na qual o camponês e seus conhecimentos viraram protagonistas novamente e são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento baseados nas teorias elaboradas por Chayanov, que via no camponês e no seu estilo de vida, concomitante a defesa da biodiversidade, das culturas locais e a Agroecologia o componente chave, o impulso necessário, para a revolução a partir de propostas horizontalizadas, ou seja, os agricultores deveriam se unir forçosamente para estabelecer grandes unidades de exploração agrícola, e não impostas de cima para baixo como as teorias de Lênin e Kautsky elencadas acima.

A proposição chayanoviana se baseava na valorização dada ao saber camponês. Esse saber era composto por um corpo de conhecimentos, difundidos de geração em geração, que abarcavam em seu interior o potencial para o aumento de produtividade da agricultura, bem como os valores morais desejados em uma sociedade do futuro. Como pontua Bernstein (2009), para Chayanov, era nos camponeses que estava a célula básica para o desenvolvimento da agricultura, mas esta requeria o cooperativismo para atingir sua superioridade técnica. (BORSATTO; CARMO, 2013, p.653)

Wanderley (1998) explica que o eixo central da proposta chayanoviana era a constituição de corpos cooperativos, formados por cooperativas camponesas de diferentes níveis, isto é, cooperativas de cooperativas, organizadas de baixo para cima e apoiadas, mas não controladas pelo poder central.

Sendo assim, de acordo com (BORSATTO; CARMO, 2013)

Esse sistema possibilitaria a adoção de novas tecnologias pelo campesinato, respeitando as estruturas rurais existentes e os processos espontâneos. Fomentaria também o aumento de produtividade, promoveria a igualdade social e, ao mesmo tempo, atuaria como uma escola para formar novas lideranças democráticas nas comunidades. Na proposição de Chayanov, o cooperativismo não deveria ser imposto, mas sim entendido como uma forma de associação voluntária, na qual os membros conservariam sua individualidade econômica e introduziriam uma dinâmica participativa mediante a democracia de base (CHAYANOV, 1974; SEVILLA GUZMÁN, 1990 apud BORSATTO; CARMO, 2013, p.656)

Dito isso, diversos foram os momentos disparadores que fizeram com que o movimento realinhasse seus princípios em prol de uma participação mais adequada ao molde de vida campesino, respeitando assim sua composição social, dentre elas estão elencadas a insatisfação perante a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e abriu os mercados, o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá) em 1999 e, principalmente, o alinhamento de suas ideias e princípios junto a Via Campesina que a partir da sua criação em 1992 se conforma como um dos principais atores nas lutas atuais contra a hegemonia do modelo neoliberal de agricultura, denominado de Agronegócio (FERNANDES, 2008).

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o MST trouxe para o centro de seus debates a discussão sobre a “organização dos assentamentos”. Isto ocorreu devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento realizado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção; modelo que acabava por priorizar os aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano as outras dimensões da vida (BORSATTO; CARMO., 2013)

Segundo Costa Neto e Canavesi (2003) e Karriem (2009)

A Agroecologia emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro no decorrer dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, que, por sua vez, fomentaram uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados. (COSTA NETO; CANAVESI, 2003; KARRIEM, 2009 apud BORSATTO; CARMO, 2013, p.656).

Logo, a partir de seu IV Congresso Nacional que já fora supracitado, diversas foram as práticas e iniciativas deferidas e fomentadas pelo Movimento objetivando integrar a Agroecologia dentro dos assentamentos rurais sendo o Paraná o estado com maior êxito e aplicação desta metodologia através dos congressos anuais de agroecologia e demais eventos de mobilização vinculados a esta temática..

De acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia (2007), em uma conjuntura mais atual, a partir do ano de 2003, com o início do Governo Lula as Políticas Públicas (PPs) para a agricultura passam por um processo de reorientação e aumento dos investimentos, de maneira que o governo sinaliza que as PPs atenderiam de forma mais específica demandas de agricultores familiares, assentados de Reforma Agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi um dos órgãos atuantes nesse cenário, no qual os sujeitos que a compuseram também passaram a influenciar os espaços e campo político-institucional de constituição das PPs para este setor da população rural. A SAF em seus departamentos, no caso da DATER (Extensão Rural) foi composta por ex-dirigentes políticos da EMATER-RS, na qual se pode perceber a influência exercida no campo da institucionalidade para o debate da pauta da Agroecologia e das tecnologias de produção agrícola nessa linha, como a valorização dos produtos agrícolas considerados orgânicos junto as PPs de crédito e apoio a comercialização, por exemplo (ANA, 2007).

No entanto, a atual gestão que se encontra presente no congresso durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro, juntamente com a bancada ruralista, não poupa esforços para deslegitimar e findar com tais políticas de incentivo e incremento social por seu discurso sempre ter sido abertamente favorável ao desmatamento, junto com as políticas de incentivo ao agronegócio como a “PL do veneno”, a aplicação e distribuição incansável de veneno nas plantações e comunidades, ao despejo destas mesmas comunidades, sejam elas ribeirinhas, quilombolas, indígenas, camponesas, de suas terras em prol da grilagem, mostrando-se assim ao lado da morte e do genocídio socio-cultural palutativo do povo que habita o território brasileiro e de suas raízes sócio-produtivas.



## **5 DA AGROECOLOGIA PARA O SOCIALISMO: UMA ANÁLISE BREVE DA LUTA DE CHICO MENDES FRENTE ÀS IDEIAS DE MICHEL LÖWI E O ECOSSOCIALISMO**

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade (MENDES, n.p.)

A história a ser descrita neste tópico vem de encontro com a biografia de um dos maiores, senão o maior, ambientalista brasileiro, Chico Mendes.

Chico Mendes nasceu no Acre em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, cenário de grandes disputas territoriais e sobretudo políticas, no qual o Brasil assumiu sua postura subalterna às potências do norte, dando destaque a potência norte americana através da criação do FMI, o Banco Mundial e demais instituições regulatórias que ditam o curso do mundo até os dias atuais.

De acordo com o documentário “Chico Mendes - Cartas da Floresta”, aos 12 anos de idade, filho mais velho, Chico já era responsável por prover o sustento de sua família no Acre, na cidade de Xapuri, através do trabalho de extração de borracha nos seringais, entretanto, a relação patronal naquela época era pautada na troca da borracha por alimentos ou equipamentos de trabalho, no qual a borracha perto dos demais itens tinha um valor abaixo de mercado colocando assim os seringueiros sempre em dívidas com seus patrões, já que também a compra e venda da borracha só poderia ser exclusivamente através de um único senhorio. Isso ocorria pois a contabilidade no seringal era feita de forma escrita, no entanto, os seringueiros por serem analfabetos, em uma época que somente os filhos dos senhores eram alfabetizados, não entendiam os registros das contas correntes, o que posteriormente levava ao inevitável endividamentos pelos trabalhadores e a tomada de seus poucos recursos pelos patrões.

Ademais, os patrões sabiam que se os seringueiros fossem para a escola aprender a ler, escrever e a contar, perceberiam que algo estava errado e poderia desencadear uma reação adversa já que saberiam da superexploração submetida pelo patrões e isso não era interessante para classe dominante da época.

Em 1962, alguém até então desconhecido chegou ao seringal e demonstrou interesse em ensinar Chico a ler e a escrever, o nome dele era Euclides Fernando

Távora, um militante comunista que havia participado da Coluna Prestes e posteriormente “fugido” para a Amazônia tornando-se seringueiro.

A partir da autorização de seu pai, Chico trabalhava duro nos seringais e estudava em suas horas vagas e dentre os conteúdos aprendidos a atenção foi redobrada para os acontecimentos que ocorreram durante a ditadura militar brasileira em 1964. Em 1968 almejou fazer um trabalho de luta visando a autonomia dos seringueiros e o acesso a terra para que pudesse ocorrer um extrativismo mais sustentável bem como local de moradia para os trabalhadores, onde enfrentou diversos problemas por ser uma luta isolada e não obtendo respaldo, assim sendo, era um círculo fechado em meio a ditadura.

Logo, a partir da vinda dos trabalhadores do Centro-Sul do país em território extrativista amazônico, a visão se concentrava no progresso brasileiro e com isso o inconsequente desmatamento da região para que se pudesse desmantelar em pastos e criação de gado, dito isto, os seringueiros, que tiravam sua renda da extração da borracha e das castanheiras, possuíam uma relação diferente destes que vinham do sul do país, a ligação com a terra e o território eram muito mais íntimas, históricas, econômicas e culturais com o lugar onde habitavam, assim sendo, o desmatamento, o progresso a qualquer custo em detrimento dos interesses dos latifundiários e políticos daquela época. portanto, afetava a condição essencial da vida destas pessoas que já residiam naquele espaço a gerações sendo inevitável o despejo e o descaso para com eles.

Todavia, concomitante aos ensinamentos da Euclides Távora, surgiram rumores na região de que haveriam criações de novos sindicatos e que seriam neles que os extrativistas deveriam se apoiar e se unir para tornar a sua causa e suas pautas legítimas. Foi então que em 1975, quando toda a pressão do latifúndio repreendia aquela região, emergiram os primeiros sindicatos e Chico Mendes se envolveu abertamente às causas ambientais em prol da manutenção das florestas, das populações que habitavam o local com acesso à moradia digna, do direito extrativista, os chamados “Povos da Floresta”; sua luta era baseada no coletivo em detrimento de um extrativismo pautado na integridade ambiental e coletivização dos bens, consequentemente, lutando pelos camponeses também que ali residiam obtendo assim apoio do MST posteriormente.

Ao longo da ditadura militar brasileira, havia apenas dois partidos políticos, ARENA e MDB, este último ainda se importava de alguma forma com os trabalhadores e seus direitos, através disso, Chico Mendes foi candidato a vereador com apoio dos seringueiros e ganhou na contagem das urnas, sendo este um enorme passo para a luta ambientalista que seguiria seu rastro bem como a denúncia que se faria sobre a situação extrativista que ocorria na Amazônia, onde foi considerado um dos expoentes mais fortes e muito além do seu tempo ao retratar tais circunstâncias ganhando mais força na década de 80 a partir da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu trabalho realizado junto a Luís Inácio “Lula” da Silva, ex presidente do Brasil.

No entanto, ao passo que a ditadura se extinguiu, veio o processo de democratização brasileira mas ainda sem as devidas atenções dadas a Amazônia, com isso, houve mobilizações em Brasília para se discutir esta questão reunindo diversas pessoas importantes e também os povos que viviam na região, e a partir disto surgiram duas decisões muito importantes como a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que passou a ser uma entidade representativa deste segmento social que até hoje é atuante e a outra decisão coube na regulamentação das terras onde esses extrativistas moravam, como fizeram com as demarcações indígenas, logo chamadas de reservas extrativistas; essas reservas no entanto, foi um pacto feito entre o Estado e as comunidades locais, onde o Estado reconheceu a necessidade de manter os povos da floresta em suas já estabelecidas condições a fim de um extrativismo sustentável e que preservasse o bem maior, a floresta.

Dito isso, é importante ressaltar que Chico lutava em defesa da ecologia, da luta de classes e da coletivização dos bens, numa luta com viés socialista, onde ele dizia que “ecologia sem luta de classes é apenas jardinagem”, assim sendo, deu entrevistas, ficou mundialmente conhecido após seu discurso na Europa e nos Estados Unidos onde denunciava todos os conflitos existentes deixando a Amazônia sob foco da pressão internacional a favor da preservação e conservação dos seus recursos e contra o latifúndio.

Contudo, Chico lutava contra o latifúndio num país latifundiarista e a partir de suas denúncias feitas internacionalmente através de comitês, ONGs e demais instituições ambientalistas, sobre como os recursos implantados pelo Banco Mundial estavam sendo usados para comprometer o desenvolvimento dos seringueiros,

automaticamente ganhou diversos inimigos nacionais, e começou a receber diversas ameaças de morte, assinando assim sua sentença ali, nas denúncias feitas contra o latifúndio brasileiro.

No entanto, Chico, mesmo após sua morte em meados de 1988, não teve seu legado em vão, assim como as florestas se mantêm de pé, após 20 de seu falecimento as iniciativas que por ele foram conquistadas em prol dos povos da floresta são numerosamente incapazes de apagar sua história e sua importância, e dentre elas temos institutos de biodiversidade como o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, postos de saúde, escolas públicas e de formação política e demais projetos que incentivam a conservação da biodiversidade da Amazônia.

Por sua articulação entre socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade — a última grande floresta tropical ainda não destruída pelo “progresso” capitalista — o combate de Chico Mendes é um movimento exemplar, que continuará a inspirar novas lutas, não só no Brasil mas em outros países e continentes. (LÖWY, 2005) Assim como indica o mesmo autor

Mais do que em partidos ou administrações, a herança de Chico Mendes está presente nas lutas, nos combates de seringueiros e indígenas, na mobilização dos camponeses contra os transgênicos, na convergência entre ecologia e socialismo que começa a se realizar, não só em pequenas redes militantes, mas também em torno do mais importante movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (LÖWY, 2005. p.16)

Ademais, a convergência estabelecida entre ecologia e socialismo deriva-se a partir da preocupação do atual sistema global, o capitalista, no qual parte considerável dos intelectuais atribui o processo de crise ambiental e ecológica em que o planeta se encontra ao modelo civilizatório adotado nos últimos três séculos.

A busca incansável e insaciável pelo lucro, mediante a exploração ilimitada de recursos naturais limitados, operam transformações de grande porte nas relações do ser humano com a natureza. A partir desta relação com o sistema capitalista e o achismo de recursos naturais serem eternos, é que provavelmente estamos presenciando um ecocídio, ou seja, uma exploração desenfreada dos recursos naturais e do meio ambiente sobretudo nos países considerados subdesenvolvidos

que, no fim, se esgotarão e acabarão por findar a espécie humana, visto que para obtenção do lucro no capital não há barreiras que não possam ser destruídas a fim do acúmulo de riquezas.

A partir disso, a lógica do sistema capitalista de produção e circulação de mercadorias exige do meio ambiente uma demanda de recursos em nível crescente. À medida em que a população mundial aumenta exponencialmente, aumenta também, dentro desta mesma lógica predatória, a necessidade de produção de bens de consumo que permitem ampliar as taxas de mais-valia, sejam eles duráveis ou já com a obsolescência programada, no qual as mercadorias são criadas com uma vida útil já estabelecida com a intenção de serem criadas outras e que estas possam circular.

É neste cenário estritamente mercadológico que as culturas ancestrais de respeito e até sacralização do meio ambiente são substituídas por uma concepção tão somente utilitarista da natureza, como é o caso da exaltação do agronegócio, das plantações de monocultura exportadora, da aplicação massiva de pesticidas e da expulsão de camponeses e indígenas de seus territórios, o que acaba levando à super-exploração e esgotamento de recursos naturais, através de um discurso falho de impulsionador da economia e da soberania alimentar, quando no próprio território mercantil esse discurso se rompe ao defrontar-se com os números de indivíduos que se encontram na margem da insegurança alimentar bem como da pobreza.

Tais tradições culturais são deixadas em segundo e até terceiro plano, quando não apropriadas em forma de mercadoria. E o campo - em sua forma tradicional camponesa não compactuante com a mecanização e envenenamento dos alimentos - é relegada ao conceito de subdesenvolvimento.

Através deste olhar mercadológico, portanto, o sistema capitalista revela-se então como suicida, uma vez que insustentável, e ecocida, já que é incompatível com a preservação ambiental. No entender de Eduardo Galeano “este sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é o que está fazendo adoecer nosso corpo, está envenenando nossa alma e está deixando-nos sem mundo” (GALEANO, 2011) e este último fator - deixando-nos sem mundo - é pautado na questão de que esse modelo que tem levado à crise restringe seus benefícios a uma parte restrita da população, seja por ser essa uma das principais características do capitalismo, o enriquecimento de poucos, seja pela

impossibilidade material de todo o globo ter o mesmo padrão de consumo, o famoso “American Way Of Life” vendido aos quatro cantos do mundo, o padrão de vida americano, ostentador de bens de consumo e exploratório da vida humana, sobretudo de países periféricos da América Latina e África. Para que este padrão pudesse ser minimamente palpável e real, seria necessário mais de um planeta Terra e essa não é nossa realidade.

Entretanto, através deste contexto ecológico posto, vale ressaltar dois pontos fundamentalmente importantes, dos quais o primeiro é de que a crise ecológica é mundial, mas particularmente intensificada através de grandes corporações em sua maioria situada ao norte do globo, onde é inconcebível a comparação feita através da contribuição dada à crise de um industrial norte-americano com a de um camponês latino, a conta não fecha. O segundo ponto fica a cargo de analisar que nem tudo que vem em nome do meio ambiente o é de verdade, ou seja, falar de ambientalismo, ou mesmo de “desenvolvimento sustentável” que não existe dentro do sistema capitalista, e manter-se preso às estruturas que provocam a devastação ambiental é no mínimo contraditório, como “as propostas feitas pelas correntes dominantes da ecologia política europeia que são muito insuficientes ou levam a becos sem saída” (LÖWY, 2005, p.45-46). Logo, a catástrofe ambiental é inevitável no capitalismo.

Para tanto, a medida que nos aproximamos de uma visão mais crítica da problemática ambiental, mais adaptada à realidade super explorada da realidade brasileira e da América Latina, analisando seus principais causadores e apontando/construindo soluções que harmonizem o desenvolvimento (principalmente para as camadas mais pobres da população), a natureza e a justiça social, surgem alguns possíveis caminhos, entre eles, o que foi batizado de ecossocialismo. (MEDEIROS, 2013)

Mas afinal, o que é ecossocialismo?

Segundo o sociólogo Michael Löwy, o ecossocialismo pode ser sintetizado da seguinte forma

Em poucas palavras, o ecossocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização (LÖWY, 2005, p. 40)

Ou seja, o ecossocialismo se encontra enquanto uma vertente socialista que se apresenta como uma visão ecológica-metabólica do socialismo, baseada nas teorias elaboradas por Marx, mais especificamente em sua terceira obra de “O Capital”, onde ele discute que o ser humano e automaticamente as forças produtivas de produção se encontram dentro do metabolismo da natureza, portanto, a natureza como um componente não dominável mas sim componente fundamental das relações entre os homens, pois é a partir do meio natural que o homem se adequa ao seu meio ambiente antrópico e constitui suas relações sociais e de produção. É a partir de, em consonância e harmonia com, não dominando.

Para Löwy (2005) existem convergências importantes entre as críticas ao capital do projeto social marxista e as críticas ecológicas dos movimentos ambientalistas. O autor destaca que ambos prezam por valores qualitativos, pela prevalência do valor de uso em detrimento dos valores de troca, pedra fundamental do sistema capitalista de produção e distribuição de mercadorias. Em suma, “ambos concebem a economia como ‘inserida’ no meio ambiente: social para uns, natural para outros” (LÖWY, 2005, p.40).

Portanto, o ecossocialismo trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (LÖWY, 2005, p.44).

Para o autor, o Ecossocialismo estaria para além de um novo modo de produção e distribuição, o que acarretaria em uma ética renovada. A ética ecossocialista estaria pautada em uma ética social, que não se limita aos comportamentos individuais. Trata-se de transformar, em uma perspectiva mais ampla, as estruturas econômicas e sociais capitalistas/comerciais. Trata-se de considerar as necessidades vitais, de não viver em um ambiente natural degradado. Para Löwy, a mudança exige agentes sociais, movimentos sociais,

organizações ecológicas, partidos políticos, e não apenas indivíduos de boa vontade (LÖWY, 2005, p.56).

O ecossocialismo é uma ética radical, no sentido etimológico da palavra: uma ética que se propõe ir à raiz do mal. As meias-medidas, as semirreformas, as conferências do Rio, os mercados de direito de poluição são incapazes de dar uma solução. É necessária uma mudança radical de paradigma, um novo modelo de civilização, em resumo, uma transformação revolucionária (LÖWY, 2005, p.68)

A utopia socialista e ecológica, para o autor, é uma possibilidade de saída do futuro catastrófico capitalista. Para essa transição, a publicidade, que contribui diretamente para hábitos de consumo exacerbados, ostensivos e compulsivos, não teria espaço, como consequência benéfica desta transição, os modelos de consumo seriam transformados por um processo histórico e educacional. (MELLO et al., 2019, p.39)

Assim sendo, o critério para se distinguir uma necessidade autêntica de uma artificial é sua persistência após a supressão da publicidade que automaticamente induz a um instinto desenfreadamente consumista, como é o caso de grandes marcas como a Coca Cola ou embutidos ou mesmo no que tange a locomoção e uso de transportes individuais como os carros, seriam portanto, através de transformações educacionais e ecológicas, substituídos por transportes públicos visando menos emissões de gases para o meio ambiente.

As reivindicações ecossocialistas urgentes podem conduzir a um processo de mudança, em que cada objetivo conquistado conduz a um objetivo mais radical. As lutas em torno de questões concretas contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista a partir de baixo.

O controle público dos meios de produção e um planejamento democrático seriam igualmente indispensáveis se quisermos que os investimentos em tecnologia sirvam ao bem comum da sociedade. Para isto, a produção e o consumo deveriam ser organizados racionalmente não somente pelos produtores, mas também pelos consumidores, e, de fato, pelo conjunto da sociedade, produtivo ou não.

O planejamento democrático é o exercício da liberdade de decisão do conjunto oposto à lei do valor de troca; a produção e consumo devem ser organizados de forma racional por todos os membros da sociedade. O tempo livre dos trabalhadores como



fundamento de uma sociedade socialista, implicaria condições para a participação da sociedade nas discussões democráticas e gestão da economia.

Nesse sentido, a liberdade de escolha democrática entre as linhas produtivas privilegiadas e o nível de recursos a serem investidos na educação, saúde ou na cultura, seriam efetivos. Além disso, os preços dos bens de consumo seriam determinados segundo critérios sociais, políticos e ecológicos e não mais pela lei da oferta e da procura que conseqüentemente gera processos inflacionários, como nos dias atuais.

Por conseguinte, o ecossocialismo é baseado em critérios não monetários e extra econômicos, uma síntese dialética entre o movimento ecológico e marxista, como meta a racionalidade ecológica, igualdade social e democrática e valor do uso sobre o valor da troca. (MELLO, et al., 2019, p.39)

No entanto, ainda para Löwi (2005, p. 38 e 39) a questão ecológica é o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Ela exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. Certamente, não se trata — isto é evidente — de colocar em questão a necessidade do progresso científico e técnico e da elevação da produtividade do trabalho: estas são duas condições incontornáveis para dois objetivos essenciais do socialismo: a satisfação das necessidades sociais e a redução da jornada de trabalho. O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta.

Para o sociólogo,

Hoje, no início do século XXI, a ecologia social se tornou um dos ingredientes mais importantes do vasto movimento contra a globalização capitalista neoliberal que está em processo de desenvolvimento, tanto no norte quanto no sul do planeta. A presença maciça dos ecologistas foi uma das características chocantes da grande manifestação de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio em 1999. E no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001, um dos atos simbólicos fortes do evento foi a operação, levada a cabo pelos militantes do Movimento dos Sem-Terra brasileiros (MST) e pela Confederação Camponesa Francesa de José Bové, de arrancar uma plantação de milho transgênico da multinacional Monsanto. (LÖWY, 2005, p. 38 e 39).

Ademais, é importante ressaltar que, esta vertente ecossocialista estabelece que, não basta somente a classe trabalhadora - chamados por Löwy de “vermelhos”

- tomar o poder e o posto da burguesia e manter o status quo, mas sim destruir o aparelho produtivo, ou seja, o sistema capitalista, e eclodir um novo sistema que seja igualmente justo e gentil com o planeta - aliadas à vertente ecológica, os chamados “verdes” - , a começar pela exploração de recursos renováveis e energias limpas, como é o caso da energia solar e eólica que já mostrou incríveis desempenhos de rendimento em outras partes do mundo e que seria de grande rentabilidade para América Latina devido a sua localização na faixa tropical do globo.

Através da prerrogativa, portanto, de que o maior desafio se concentra em reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação ambiental e partindo do ponto que esta partida deve ser feita das camadas de baixo, como dito anteriormente ao falar sobre ecossocialismo, é perfeitamente claro o papel fundamental que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desempenha ao quebrar o paradigma econômico imposto pelo sistema capitalista nos dias atuais. Assim como já fora dito anteriormente em outro capítulo, o MST dentro de seus territórios de resistência e luta, exercem papel fundamental ao contrapor seu modelo sócio-produtivo frente ao modelo do agronegócio instalado e impregnado no Brasil. Para tal, utiliza-se de bases agroecológicas para produção de comida e alimentação sem veneno, ou seja, sem a utilização e sem contratos estabelecidos com empresas que distribuem os diversos tipos de agrotóxicos utilizados nas lavouras monocultoras.

Para produção, entretanto, utilizam-se dos recursos da própria natureza a fim de preservar e consolidar um regime agroecológico em seus assentamentos que seja correto ambientalmente e economicamente sustentável já que os produtos podem ser adquiridos de diversas formas, sejam eles em feiras de produtores rurais ou mesmo cestas distribuídas nos próprios assentamentos para as pessoas da região, fato que acaba por estreitar as relações entre produtores e consumidores e assim ter mais consciência de sua cadeia produtiva.

Assim sendo, partindo das considerações feitas acerca do ecossocialismo através do sociólogo e ecossocialista Michael Löwi, da luta dos assentados ao ir na contramão do mercado e estabelecer um regime agroecológico e na luta que Chico Mendes enfrentou até o final de sua vida ao lutar pelos povos da floresta e por um extrativismo que beneficia a Amazônia bem como as populações locais que se beneficiam desta extração, temos que a crise ecológica é um fato inerente a qualquer especulação.

Para tanto, é mais que urgente, quase passada a hora, que nós enquanto população brasileira e cidadãos, lutemos em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e corretamente ecológica partindo, inicialmente, da substituição de combustíveis fósseis por energias limpas, reduzindo ou mesmo extinguindo as extrações desenfreadas de petróleo e investindo mais em energias solares e eólicas, diminuindo o uso de automóveis e melhorando a qualidade e disponibilidade de transportes coletivos, lutar para que nossa comida não chegue na nossa mesa cheia de veneno que paulatinamente nos faz morrer e morrer também aqueles que plantam, lutar em defesa das nossas florestas, dos povos que habitam nela e das nossas águas, ao entregar um serviço de qualidade, ao invés de matar a população aos poucos através de 27 contaminantes nos recursos hídricos sejam eles vindos através das plantações de monocultura, despejo dos resíduos sólidos em mananciais ou mesmo resíduos das mineradoras, que é o caso do Estado do Pará no qual sua comunidade ribeirinha foi intoxicada ao comer peixes com resíduos de Cobre e Chumbo.

A crise ecológica, portanto, é intimamente ligada com a questão de saúde pública e seguridade/soberania nacional, e mais do que isso, ao se analisar a esfera internacional, a crise ecológica nada mais é do que um pedido de socorro ao denunciar as empresas multinacionais, junto com o FMI e o Banco Mundial, a subserviência e submissão político-territorial brasileira, bem como da América Latina, frente ao comando do Norte que tanto exploram nosso território e nosso povo. Logo, pode-se dizer que uma sociedade que se aproxima da vertente ecossocialista é uma sociedade liberta, autônoma, segura e soberana.

## **6 “QUANDO A BOIADA DO VENENO PASSA”: OS EMBATES DA AGROECOLOGIA NO GOVERNO BOLSONARO E A JUSTIFICATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ECOSSOCIALISMO AINDA NO SÉCULO XXI**

O cenário que há tempos se mostra desolador apresenta, infelizmente, um agravamento desde o ano de 2016 após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, e uma exponencial piora desde 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, com um incremento robusto na liberação de novos agrotóxicos. O modelo agrícola que hoje é dominante tem suas raízes num longo processo de privatização das sementes e da pesquisa, de comoditização da comida e da terra e de desregulação como parte do crescente controle corporativo e fragilização da democracia, que segue até os dias atuais. A enxurrada de novos registros para agrotóxicos é prova disso.

Nesse contexto, agrotóxicos e transgênicos representam nas últimas décadas um elemento importante na violência histórica contra os sujeitos do campo e da cidade promovida pelo capital em sua relação orgânica com o Estado. A questão agora é que a violência contra os povos indígenas, populações tradicionais e camponeses, que havia arrefecido, tem sido retomada nos padrões do período colonial. A liberação de terras, como posta pela PL da Grilagem e bens naturais para a sustentação do capitalismo em crise, ocorre em velocidade nunca vista anteriormente.

Do ponto de vista político, governo e Congresso dispõem de uma lista de propostas para reduzir áreas de conservação ambiental e terras indígenas e permitir que estas sejam exploradas pela agricultura e pecuária comerciais (além de mineração). Da mesma forma, o governo avança no sentido de alterar regras de titulação de lotes de assentamentos rurais de forma a permitir que os mesmos sejam vendidos individualmente, passando a integrar o mercado de terras e, assim, o sistema produtivo dominante. Não se trata, portanto, de discutir a “velha” Revolução Verde e seus impactos nem a “nova” revolução biotecnológica e suas promessas, mas sim colocar em questão o sistema (agro)alimentar como um todo e atentar para as alternativas existentes e seu potencial. (SOUZA et al, 2020, p. 325)

A desregulação normativa e os impactos socioambientais dos agrotóxicos e transgênicos se inserem nesse processo de golpe, no qual, desde o Governo Temer e após início do mandato de Jair Messias Bolsonaro em 2018, houve intensificação no tocante a violação aos direitos humanos visto a publicação do governo em aprovar

novos 1358 produtos agrotóxicos, totalizando até dia 23 de agosto de 2021 (e contanto...), 3424 produtos agrotóxicos comercializados no Brasil.

Esses dados mais atuais foram coletados através de um perfil no Twitter denominado @Robotox, que nada mais é do que uma Inteligência Artificial (IA) criada em 2019 em parceria com a Agência Pública e o Repórter Brasil com a finalidade de publicar todos os dias informações que são retificadas do Diário da União acerca da liberação de agrotóxicos bem como quais empresas e produtos estão por trás destas investidas.

De acordo com os idealizadores do projeto, essa ferramenta foi criada “para os cidadãos poderem acompanhar de perto e com informações oficiais, todos os novos produtos agrotóxicos que forem liberados no mercado brasileiro visando uma política mais transparente, informativa e científica para com a população, sendo esta a segunda iniciativa no ano de 2019 que traz informes sobre os agrotóxicos, sendo a primeira o mapa sobre a contaminação da água que chega às torneiras dos brasileiros.

Em um levantamento do “Por Trás do Alimento”, site indicado no perfil do @Robotox, dos 166 pesticidas com registros aprovados até maio de 2019, apenas 5% eram totalmente produzidos em solo nacional, sendo demonstrativo, segundo eles, de que estamos nos tornando cada vez mais, não só consumidores, mas importadores de agrotóxicos. (LIMA; OLIVEIRA, 2020)

De acordo com a pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Larissa Bombardi, através de uma reportagem concedida ao Repórter Brasil no ano de 2021, este movimento de dependência denomina-se “neocolonialismo europeu” e deve ganhar ainda mais força caso o Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia seja ratificado pois irá perpetuar o colonialismo brasileiro, e da América Latina no geral, no qual tem como componente fundamental a exportação de matérias primas e itens básicos da alimentação, com isso, irão se intensificar os processos de desmatamento a fim de maiores exportações e, como consequência, por não haver um projeto alternativo de agricultura que beneficie o mercado interno, o processo de aumento dos preços nas prateleiras dos mercados será inevitável bem como os níveis de desmatamento em áreas como a Amazônia Legal, por exemplo, afinal, é evidente que se houver demanda para mais produção agropecuária, teremos avanços sobre áreas que não estavam sendo destinadas para cultivos .

Assinado pelo Governo de Jair Bolsonaro no ano passado (2020), o acordo comercial entre os dois blocos está em fase de ratificação. Se for concluído, o tratado eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos. O Ministério da Economia do Brasil estima um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em até US \$125 bilhões nos próximos 15 anos. Se for concluído, o acordo criará uma das maiores áreas de livre comércio do planeta. Juntos, os dois blocos representam cerca de 25% da economia mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. (GRIGORI, 2021<sup>a</sup>)

Assim sendo, o Brasil através dessa mecanicidade tecnológica e busca incessante pelo mercado externo, se tornou também dependente deste a partir do momento em que não há uma soberania nacional sequer sobre sua alimentação. O famoso slogan “Brasil: o celeiro do mundo” faz jus a esta prerrogativa, em pleno ano 2021, uma vez que o governo federal tem planos para destruição de recursos naturais, plano de privatização de empresas públicas saudáveis, plano armamentista, plano de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários e acima de tudo, incitação a violência, não poupando esforços em deslegitimar terras indígenas e também camponesas ao tornar legal o esquema de grilagem de terras para com estes territórios sagrados.

Trata-se de um governo que está longe de buscar a promoção de uma agricultura mais responsável com humanos e não-humanos, não falamos aqui nem mesmo de uma transição agroecológica já que as políticas que existiam a partir do PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica foram praticamente extintas neste governo (SABOURIN et al, 2020 apud LIMA; OLIVEIRA; 2020, p.83)

Ademais, com a evolução das técnicas de manipulação do ácido desoxirribonucleico (DNA) vem dando origem a um novo conjunto de aplicações, como cisgêneses, gene drives, biologia sintética e outras novas biotecnologias. Essa nova frente tecnológica, assim como as anteriores, se desenvolve no interior dos interesses comerciais das empresas proponentes e tem como foco, no geral, culturas que integram o mercado de commodities, como a soja, o milho e o algodão. Diferente das plantas transgênicas, que de alguma forma tiveram seu uso regulado por legislações de biossegurança e de rotulagem, os produtos derivados dessas novas biotecnologias parecem estar encontrando um vazio regulatório (FERNANDES, 2019) já que as propostas de flexibilização vêm sendo implementadas por meio de dispositivos que não exigem consulta ao Legislativo, como portarias e resoluções

sendo uma das mais problemáticas a nova norma que não cita quais pesquisas devem ser declaradas no momento do registro ou da revisão de registro de um agrotóxico, limitando-se a citar somente aspectos gerais dos estudos, onde os mesmos devem atender apenas “Boas Práticas de Laboratório”, através disso, os interessados no registro, como as grandes multinacionais do veneno, são dispensadas de apresentar estudos essenciais para avaliar o potencial de danos relacionados à exposição a um agrotóxico, representando risco à saúde da população exposta.

Desde 2019 há uma intensificação na flexibilização de marcos regulatórios ambientais e agrícolas, especialmente aqueles relacionados aos transgênicos e à expansão da liberação de novos produtos de agrotóxicos. Essa estratégia que busca a redução da atuação estatal e favorece o setor privado é parte da agenda do governo Bolsonaro, que se declara de extrema direita e defende um modelo econômico neoliberal, marcado por uma postura radicalmente não intervencionista do Estado no mercado, mas que por consequência favorece o grande capital (SANTOS; TRASCHEIT, 2019 apud (SOUZA et al., 2020, p.328)

Importante lembrar que desde os agrotóxicos, passando pelas sementes híbridas, transgênicas e agora pelas novas biotecnologias, é o mesmo modelo que está em questão. As sementes transgênicas resistentes a herbicidas ilustram bem que essas tecnologias-mercadorias se complementam, e não se substituem. Tanto é assim que um dos usos pensados para os impulsores genéticos é tentar reverter a resistência a herbicidas desenvolvida em plantas espontâneas.

Só no Brasil são mais de 50 milhões de hectares cultivados com sementes geneticamente modificadas, que inclui quase a totalidade do milho e da soja produzidos comercialmente e mais da metade do algodão e mais de 400 mil toneladas de glifosato no geral (BRASIL, 2016). Apenas regular Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão (TIMPs) como Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) é aceitar que essas novas tecnologias continuarão servindo para intensificar o modelo industrial de agricultura, o avanço da fronteira agrícola e os conflitos por terra associados; é aceitar o consumo desenfreado de agrotóxicos e a contaminação dos alimentos e das sementes crioulas. (SOUZA, et.al, 2020)

Ademais, no próprio período pandêmico, a prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças, bem como as atividades de suporte e disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva, que incluem os defensivos agrícolas, foram

consideradas atividades essenciais, não devendo ser interrompidas de acordo com a Medida Provisória 926, convertida na Lei 14.035/20 e o Decreto 10.282/20, ainda em vigor. Fato criticado pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida que alegou que: “Em meio à pandemia de coronavírus, confusão generalizada no Governo Federal, caos na saúde pública e colapso econômico, o Ministério da Agricultura segue a marcha do veneno.” (REPÓRTER BRASIL, 2020)

Frise-se, ainda, que o setor agrícola não foi afetado pela crise decorrente do COVID-19. O PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio cresceu 2,42% em janeiro e fevereiro, segundo uma pesquisa da USP (Universidade de São Paulo) e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (GRIGORI, 2020). Aliás, as exportações chegaram a afetar o valor de produtos essenciais na mesa da família brasileira, pois o preço do arroz disparou nos supermercados nos meses de agosto e setembro e um pacote de cinco quilos, normalmente vendido por cerca de R\$15,00 chegou a custar R\$40,00. (CIRILLO, 2020) E como forma de “amenizar” esta situação, o setor alimentício achou de bom tom oferecer à população fragmentos de arroz, bem como ossos de boi, já que o preço da carne também se elevou, com preços mais baixos a fim suprir as necessidades básicas no prato do brasileiro.

Segundo a Associação Paulista de Supermercados, os aumentos foram repassados aos fornecedores e foram decorrentes das variáveis mercadológicas como maior exportação, câmbio e quebra de produção. Para a Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz), o produto comprado dos produtores pelas indústrias ficou 30% mais caro só em agosto, a alta do arroz está ligada à valorização do dólar, que torna as exportações mais lucrativas para os produtores. (CIRILLO, 2020)

Contraopondo este cenário absurdo, e apesar dos desmontes deferidos contra os agricultores e camponeses ao retirar políticas públicas de incentivo, o Movimento Sem Terra (MST) desempenhou um papel importantíssimo ao longo da pandemia do Covid-19 ao distribuir cerca de 40 toneladas de alimentos, provenientes de sistemas agroecológicos, assim como sopões para moradores de rua.

Ademais, diversos foram as investidas por parte deste movimento para que o mesmo obtivesse maior visibilidade e também expusesse seu lado da história durante as investidas do agronegócio, tais quais a divulgação de cursos gratuitos sobre Reforma Agrária e Agroecologia em suas redes sociais, como em sua página do Instagram, onde foram organizadas diversas lives semanais sobre produção



agroecológica e temas que envolvem este assunto, bem como a forma de fazer política de Jair Bolsonaro e as consequências dos desmontes governamentais em benefício do agronegócio.

Tendo isto posto, ressaltamos que hoje pouco se fala do ruidoso “Pacote do veneno” (PL 6299/2002) e isso talvez seja explicado pelo fato de que a própria configuração atual de liberação de novos agrotóxicos, torna a “PL do veneno” algo obsoleto e suplantado pela prática de flexibilizações e a facilidade com que ocorre o registro desses novos produtos. (LIMA; OLIVEIRA, 2020)

Consideramos, pelas análises aqui realizadas, que a liberação massiva de novos agrotóxicos atenta contra a sociedade e o meio ambiente e se conjuga com o enredo de nossa história recente, quando a democracia foi profundamente abalada. Está relacionada ao fim dos conselhos participativos em que a sociedade civil organizada exercia seu poder de influência nas decisões governamentais. Se relaciona também com os ataques físicos e retóricos às ONGs ambientalistas e aos movimentos sociais do campo e da cidade, criando assim muitas novas e complexas desigualdades socioespaciais.

O que aprendemos a duras penas com o “agrogolpe” é que se a democracia, mesmo essa limitada pelos interesses burgueses e com suas muitas insuficiências, é abalada, o país acaba por perder mesmo os pequenos espaços de participação e influência na dinâmica política.

O que temos acompanhado desde 2016, portanto, é uma boiada passando desenfreada em muitos temas, e a liberação acelerada de novos agrotóxicos é um deles. (LIMA; OLIVEIRA, 2020) tal qual acompanhada do acirramento da crise econômica, do avanço do desemprego e da precarização das condições gerais de trabalho, da dilapidação do poder de compra da população com o aumento da inflação e o crescimento exponencial do preço da cesta básica de alimentos. (ELIAS, 2021)

Assim sendo, uma verdade que precisa cada vez mais ser evidenciada, embora esteja escancarada para todos, é que paralelamente ao aumento da produção e da produtividade do agronegócio brasileiro, assim como da curva ascendente da produção das corporações que dominam a agroindústria alimentar, temos o crescimento do número de pessoas sem acesso a alimentação, em estado de insegurança alimentar leve ou mesmo passando fome. (ELIAS, 2021)

Não por acaso, o aumento da produção do agronegócio e o crescimento da fome são faces da mesma moeda. Portanto, a cada novo recorde da safra de soja, lado a lado aumenta o número de pessoas que acordam de manhã sem saber como farão para se alimentar naquele dia. Essa é uma das maiores perversidades inerentes ao agronegócio brasileiro. E a pandemia do coronavírus escancarou ainda mais essa verdade, pois as corporações de produção e distribuição do alimento-mercadoria continuam lucrando durante este período, enquanto a fome aumentou exponencialmente no mesmo intervalo (ELIAS, 2021) assim como já elencado acima.

Segundo Denise Elias (2021),

(...) a difusão do alimento-mercadoria, sobretudo os ultraprocessados conferidos pelas grandes empresas como a Nestlé, viola um conjunto de saberes e fazeres historicamente construídos de populações que têm em práticas agrícolas e culinárias aspectos basilares de identidade cultural e da própria estrutura social, preservados e transmitidos há décadas e mesmo séculos, tais como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pastos, marisqueiras, caiçaras, sertanejos e indígenas. Dessa forma são muitas identidades locais e regionais que vêm sendo drasticamente impactadas com a difusão do agronegócio e a imposição do alimento-mercadoria através das redes de supermercados (ELIAS, 2021, p.24)

No que tange o assunto das terras indígenas, é importante salientar que nas últimas semanas, o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou para jogo as reservas indígenas ao propor o “marco temporal” de 1988, ou seja, o governo de Jair Bolsonaro não só cumpriu sua promessa de campanha no que diz respeito a não demarcação de novas terras indígenas e quilombolas como também hoje pode conseguir no STF uma tese que define que as populações indígenas só poderão reivindicar terras demarcadas até 1988. Caso seja aprovada, ruralistas de todos os tipos vão ter aval da lei do país para expulsar inúmeros povos de suas terras, restando para nós a lamentação da perda da Gaia, da vida e da beleza. Muitas terras que foram demarcadas nos últimos 30 anos, por exemplo, poderão ser desconsideradas pela lei.

O argumento é o mais colonialista possível, é o argumento dos ruralistas, dos latifundiários, que vende a ideia de que terra na mão de indígena é desperdício, é ociosa, é “improdutiva” e “atrasa o país”, quando na realidade quem goza de subsídios

públicos e sonega bilhões em impostos, além de produzir matéria prima para exportação, são os ruralistas.

Assim sendo, o agro só dá prejuízo para o país e somente é mantido porque existe uma cultura obsoleta e uma bancada que compra as leis a seu favor. O ruralismo já destruiu metade do cerrado e dos pampas gaúchos e cerca de 20% da Amazônia e agora defendem o marco temporal porque ainda não é o bastante, a intenção é engolir o mundo e transformar tudo em latifúndios, em soja, cana de açúcar e gado, o que por ventura desencadeará um processo de desertificação em massa no território brasileiro, pois o desmatamento provoca grande escassez de chuva já que a cobertura vegetal é retirada e impossibilita o ciclo da água de se completar. Os índios são produtivos para si próprios e isso basta! Eles merecem terra porque terra é vida, e quem nega a terra nega a vida.

Outro aspecto, é que na realidade as terras indígenas, assim como dos demais povos que sofrem essa represália, podem ser mil vezes mais produtivas economicamente do que os latifúndios que apenas visam a produção de um único produto.

Desde os primórdios, os índios manejam florestas, conhecem estratos diversos da selva, podem produzir aos milhares, a nível familiar e ambientalmente harmônico, faltando apenas investimento para equipar essas famílias com o que necessitam para escoar sua produção e afirmar sua soberania entre nós. Esse seria o ponto chave da questão, respeitando o espaço cultural deles sem excluí-los, todos seriam beneficiados pois eles sabem como produzir sem destruir a natureza. Incluir o índio na nossa sociedade seria isso, mas o que se faz hoje, intensificado a partir do discurso do Presidente da República, é a expulsão dessas famílias tradicionais para viver nas periferias das cidades, passando fome e trabalhando em subemprego explorador. Nada mais distópico para um ser humano que nasceu na natureza.

No entanto, o ruralismo defende tudo isso, toda essa atrocidade, todo esse mal caratismo, todo esse genocídio para com os povos da floresta e toda sabedoria ancestral. Para tanto, caso este marco seja aprovado, fato que ainda se encontra em processo de votação na Câmara, saibam que isso representa o fim do mundo, a queda do céu, para milhares de índios, árvores, animais e diversidades deste Brasil.

Denise Elias segue enfatizando essa premissa ao citar trechos do Manifesto da Comida de Verdade, do extinto Consea

A comida de verdade é salvaguarda da vida (...) É produzido pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado de recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes. (...) Garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado, (...) é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. (...) Comida de verdade é aquela que (...) promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade. (ELIAS, 2021, p.25)

Sendo assim, é evidente que o sistema agrário brasileiro pautado no latifúndio monocultor, bem como o sistema capitalista que o envolve, se encontra colapsado, ou seja, rodeado pelas diversas crises sejam elas comerciais, econômicas ou sociais, e sobretudo ambientais que ameaçam o planeta como todo, derivado da irresponsabilidade socioprodutiva do ser humano bem como através de jogadas políticas e geoeconômicas que incentivam e provocam este cenário catastrófico. Logo, temos normalizado o capitalismo, seja ele nas esferas econômicas, sociais, educacionais, de comércio, de vivência, em tudo. Acordamos e dormimos com este sistema que explora, invade e mata, aos poucos ou não, aquilo que não traz retorno financeiro. O mundo globalizado mostrando sua verdadeira face, mais cruel e mais monopolista

E hoje, em pleno ano de 2021, temos um ser humano débil, ignóbio, burro e inescrupuloso a frente da Presidência da República brasileira - tal qual seu eleitorado - que legitima e propaga em suas ações o ódio, o racismo, a homofobia, a xenofobia, o sofrimento e a morte de milhares, a fome de milhões e o desemprego em massa; também propaga o descrédito na ciência, nos cientistas e nas instituições públicas de pesquisa, é consciente e favorável ao desmonte e privatização do sistema único de saúde (SUS) além de outras empresas estatais já estarem no processo privativo, é favorável a legalização da grilagem, da expulsão dos camponeses, quilombolas e indígenas de suas terras e demais expoentes socioculturais em detrimento do latifúndio e do direito ao armamento no campo (mas só os donos de terra).

É favorável, sobretudo, ao estado mínimo. Entretanto, ao invés de assumir seu compromisso social e político dentro do Governo Federal em detrimento da população brasileira, enaltece torturadores, criminosos, os Estados Unidos e milicianos, como ele. Tudo em nome da pátria, de Deus e da família, embora não saibamos de que pátria ou Deus ele está falando já que não poupa esforços para destruir e dismantelar recursos para seu povo; mas sabemos que tipo de família ele quer alcançar com tal discurso retrógrado e extremamente conservador, a família tradicional conservadora cristã, já que além da bancada ruralista ter seu maior prestígio nos últimos anos, a bancada evangélica ganhou maior peso nos últimos anos, sobretudo após as eleições de 2018.

Somada a toda essa situação, na qual temos a bancada ruralista e evangélica alienando e destruindo tudo o que há pela frente, temos, portanto, gravíssimos problemas, dentre eles, a “derrota” do bolsonarismo. Mas para derrotar o bolsonarismo não basta investir apenas contra o presidente, é preciso atacar seus pilares de sustentação, entre eles, sua tropa de choque midiática que muito colaborou com a sua entrada na presidência. Isso é ilustrado, por exemplo, através dos programas televisivos tais quais, Jornal do Datena (BAND), Sikêra Júnior (RedeTV) e Programa do Ratinho (SBT), este último sendo grande beneficiador das eleições presidenciais em 2018 pois montou um verdadeiro império do agronegócio madeireiro no Acre, todos eles com a característica comum de propagar fake news e aterrorizar a população através dos discursos de ódio e medo, ou seja, um total desserviço para a população ao entregar um jornalismo barato, de má qualidade e manipulador.

Mas então, como acabar com essa situação caótica? Sempre voltamos a este ciclo de pensar fora da caixa quando o assunto são crises atrás de crises e um colapso social e ambiental iminente nos próximos anos ou décadas, mas a resposta, em sua pura realidade, é bem simples e visa a saída da zona de conforto e alienação que o sistema atual tanto faz bem.

É necessário questionarmos o sistema no geral, pois é ele o principal causador desses colapsos e perpetuador de geopolíticas que colocam em risco nossa sobrevivência, literalmente falando, pois “ao passar a boiada” tem-se a incentivação e legitimação de práticas ambientalmente degradantes e socialmente injustas, haja

vista que é uma política pensada de cima para baixo, de fora para dentro, responsável por manutenção da classe burguesa brasileira que é latifundiária.

Diante disso, e a partir do que Denise Elias (2021, p.25) trouxe, partindo de que a comida propriamente dita “É produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado de recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais (...)” temos então uma ruptura de paradigma frente ao que está posto nos dias atuais.

Para resolução deste paradigma vemos a soberania alimentar como chave fundamental do rompimento de laços mercadológicos e uma maior atenção às necessidades reais do ser humano, no entanto, para tal é preciso que exista uma política de distribuição de terras nacionais para uma produção heterogênea e diversificada de alimento, sendo assim necessário uma revolução completa no campo fazendo assim o camponês ser protagonista da história ao invés de um conjunto de maquinários. E sobretudo, sem uso de veneno, pois um território agroecologicamente dividido dispensa tais insumos partindo sua prática do conhecimento ancestral e também da não necessidade de utilização, já que a própria natureza faz este trabalho junto com o emprego do conhecimento pré adquirido, e também porquê este tabu de que “só produz em larga escala quem usa agrotóxico” já foi desmentido em diversas vezes por entidades internacionais. Sendo soberano de sua própria alimentação, partindo da prática agroecológica e valorizando o trabalho dos camponeses bem como de todos os povos que vivem através do campo e das florestas, o território nacional quebra as amarras com as grandes multinacionais e os lobbies do agronegócio se colocando à frente de sua atual situação de dependência externa, ou seja, a principal iniciativa baseia-se em produzir aquilo que demanda o mercado interno, e não externo.

Mas isso não significa que o mercado externo deixará de atuar, só que as relações comerciais não colocarão um vasto território apenas a serviço de multinacionais estrangeiras. Nossa terra não está à venda. Afinal, existem cerca de 150 variedades de milho para consumo, e aqui no Brasil especialmente consumimos o milho amarelo, mas apenas consumimos este porque na realidade alguém mandou que fosse assim. É necessário que este movimento seja em fluxo natural, cultural e regional, não impositivo.

A partir deste pensamento, concomitante ao pensamento trazido por Denise Elias, e também embasado pelos outros capítulos escritos, entramos, portanto, num dilema ambiental e ao mesmo tempo social. Assim sendo, é mais que necessário que haja um recomeço para o povo brasileiro no que tange sua soberania (alimentar), a emancipação do campesinato e investimentos e políticas públicas que incentivem a agricultura familiar bem como o extrativismo tanto defendido por Chico Mendes até o dia de sua morte.

É necessário, sobretudo, que haja uma política que se preocupa com o meio ambiente, com suas reservas naturais e com seus biomas a fim do benefício coletivo. Para tanto, é mais que urgente no Brasil atual que haja socialização das terras para com os camponeses e os povos da floresta em detrimento do maior patrimônio mundial que é a alimentação livre de agrotóxicos e rica em nutrientes pautada na agroecologia, pois não basta você ofertar um produto se ele é deficiente em diversos segmentos e adocece paulatinamente aqueles que consomem, como acontece atualmente. Logo, se pensarmos nos moldes atuais, a alimentação humana é uma questão de saúde pública e também uma problemática ambiental.

Todavia, ao associar tais questões é de suma importância a educação política para que nós enquanto cidadãos brasileiros repensemos os nossos representantes em esferas nacionais e internacionais, onde a prioridade em si, é a ruptura do sistema tal qual o paradigma tecnológico que vivenciamos hoje e conseqüentemente prevê nossa destruição em décadas haja vista o aquecimento global intensificando dia após dia. E para isso, é preciso que nosso pensamento acerca do desenvolvimento seja desatrelado do conceito de desenvolvimento que foi vendido até os dias de hoje pelas grandes mídias, sendo de extrema importância a participação do povo nas tomadas de decisões em todas as esferas.

Uma política construída de baixo para cima, do povo para o povo, verdes e vermelho, operários e camponeses numa luta conjunta em prol de uma país mais igualitário, socialmente justo e ambientalmente sustentável, dentro de um novo sistema que permita tais ações.

Por fim, embora Michel Löwy nos traga em suas obras que a vertente ecossocialista assemelha-se a uma utopia, ele também corrobora com a ideia de que este modelo político pode ser uma saída para essas recorrentes crises provocadas pelo capital que tanto estamos vendo se intensificar ao passar dos anos, visto que o

ecossocialismo, como analisado no capítulo anterior “ (...) implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização” (LÖWY, 2005, p.40)

Tal qual explicação acima é preciso que seja entendido que talvez o ecossocialismo não seja uma opção, mas sim a solução e única saída para o catastrofismo que estamos presenciando nos últimos anos, sobretudo na atual gestão federal na qual apoia-se num viés conservador, autoritário e não ambientalista, onde se tem licença para atropelar qualquer ideário que se distingue de suas políticas ruralistas, milicianas e genocidas.

A catástrofe ambiental avança de forma iminente por todo o globo, mas sobretudo as áreas mais periféricas do globo, tal qual o Brasil e a América Latina por estabelecer uma dependência externa. Visando então esta ruptura de sistema, bem como a socialização das terras, teremos portanto a emancipação dos trabalhadores do campo, políticas públicas de incentivo ao campo, ao trabalhador rural, a agricultura familiar, os povos da floresta a partir da implantação da agroecologia. Assim, a partir dos conhecimentos ancestrais adquiridos pelos camponeses e das políticas de incentivo, o território se estabelecerá em um outro patamar de soberania e de saúde pública. Sendo assim, uma nova chance de construir uma nova história. A construção de uma sociedade mais justa, igualitária, soberana e viva. Afinal, a comida é o alimento da alma.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil sempre foi assunto delicado ao escancarar as diversas contradições encontradas no campo. Desde as primeiras instalações internacionais em território nacional, os povos que aqui já residiam sofreram absurdas consequências a partir da implementação da divisão de terras por Sesmaria, na qual privilegiava as pessoas brancas, sobretudo vindos de fora, e posteriormente donatários de terras já pré existentes no território com a instalação da Lei de Terras em 1850. Sendo assim, apenas indivíduos que possuíam poder de compra poderiam adquirir as terras brasileiras a fim de produção e extração de bens comerciais para venda, contribuindo apenas e tão somente para preservar a péssima estrutura fundiária no país e privilegiar velhos fazendeiros, ou seja, donos de latifúndios, que até hoje perpetuam uma elite ruralista nos moldes conservadores no país.

A partir deste cenário, temos portanto na década de 1950 a incentivação da agroexportação baseado no sistema de *plantation* e em meados da década de 1970 a inserção de novas tecnologias no setor rural, modificando as dinâmicas correntes no campo sobretudo no tocante a substituição de mão de obra por maquinários agrícolas bem como a utilização de insumos químicos - leia-se. venenos - com a justificativa de melhoramento genético das plantações, maior resistência à pragas e insetos e a falsa promessa de que essas culturas acabariam com o problema da fome. No entanto, ao aderir a este processo mecânico e o governo federal estar sob tutela de governantes neoliberais, o território brasileiro se viu em um futuro desmanche no que tange a produção de comida, visto que a elite agrária tomava conta do território com suas largas produções de monocultura voltada para exportação. Ou seja, grandes quantidades de terra sendo utilizadas em detrimento do abastecimento do comércio exterior, do capital e do lucro; e o Brasil, fortemente dependente deste e das demais empresas do agribusiness. Infelizmente relegando todo patrimônio cultural e alimentar construídos pelos povos que aqui já habitavam antes da invasão e do saqueamento ocorrido em 22 de abril de 1500.

Concomitante a este quadro macabro, temos a longa trajetória de luta dos camponeses, ora chamados de agricultores familiares na contemporaneidade, que bravamente se opõem e divergem dos grandes sistemas de *commodities* implementados no Brasil no último século e que vem dilacerando o território brasileiro

nos dias atuais. Contrapondo este sistema, a luta camponesa, sobretudo do Movimento Sem Terra (MST), visa a implantação de um sistema agroecológico de alimentação, na qual, a bandeira a ser levantada é a de comida de qualidade sem veneno e proveniente de assentamentos de Reforma Agrária cuja preocupação se estende da alimentação e circuitos produtivos mais justos até a problemática ambiental, onde a agroecologia aliada ao trabalho político de base se enquadram em um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. Sendo assim, o objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Através disso, este trabalho mirou como objetivo a análise dessa nova perspectiva agroecológica frente aos avanços do agronegócio brasileiro, sobretudo a partir do ano 2018 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro que demonstrou forte intensificação e dependência ao liberar cerca de 3224 novos produtos agrotóxicos para uso no campo, comprometendo não só o meio ambiente e o solo, como também as pessoas que trabalham com esses insumos e que residem próximos à região de aplicação, gerando assim, um grave problema de saúde pública já que os efeitos destes insumos podem ser considerados crimes contra a população. Ademais, nos últimos anos, houveram afrouxamentos de leis que permitem a grilagem de terras e a violência no campo, apoiados e incentivados pelo governo federal, gerando um ciclo violento contra os camponeses, ribeirinhos, os povos da floresta e demais movimentos que cuidam e preservam do saber ancestral da terra.

No entanto, através desta pesquisa inicial foi confirmada a grande importância que movimentos sociais, tal qual o MST, têm em estabelecer uma soberania alimentar através de sistemas agroecológicos em diversas partes do país, e isto se tornou mais evidente ao longo da pandemia de Covid-19 onde o MST distribuiu e ofertou produtos base da alimentação brasileira provenientes de reforma agrária e base agroecológica. Logo, provando que a produção camponesa é viável e que esta categoria que foi chamada por Marx de saco de batatas pode parar em pé.

Segundo Pereira (2012, p. 9)

O marxismo ortodoxo aponta que o campesinato desapareceria com o desenvolvimento do capital sobre a agricultura. O campesinato não vende a sua força de trabalho, mas também não vive da exploração do trabalho de outro. No estabelecimento do camponês não é mais importante a lucratividade e sim o consumo familiar assegurando, o que certamente diminuirá a unidade adicional de trabalho. O volume de atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores. Assim, a perspectiva da sua extinção não se confirmou e continua presente na atual sociedade, sendo recriada principalmente através do MST (PEREIRA; FURQUIM, 2012, p. 9)

Assim sendo, o Movimento Sem Terra, juntamente com a visibilidade dada através da aliança com a Comissão Pastoral da Terra, busca o incremento de políticas que viabilizem a Reforma Agrária e políticas públicas que incentivem uma agricultura ambientalmente sustentável e socialmente justa através de seus trabalhos de base para com a população, como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a elaboração de documentários informativos e embasados cientificamente e através, também, de oficinas e cursos gratuitos em suas redes digitais.

Partindo desse viés ambientalmente mais sustentável, é imprescindível que destaquemos que não há possibilidade de ser sustentável dentro do sistema capitalista, logo, nessa perspectiva e indo ao encontro das ações proferidas pelos movimentos sociais, fora elaborada uma visão a partir da tomada do poder pela classe operária juntamente com os camponeses, o que Michael Löwy chamou de aliança entre verdes e vermelhos, ou seja, um viés socialista igualmente preocupado com as ações e crises ambientais, chamada de ecossocialismo.

Preocupantemente, hoje o Brasil se encontra às margens do capital, no qual os subempregos, a volta do país no mapa da fome, a insalubridade e insegurança alimentar imperam; e dualmente o território, ou maior parte dele, é destinado a uma completa agricultura hegemônica que só irá servir como peso e moeda comercial. Enquanto isso, a fome pesa em milhões de brasileiros.

Para isso, a visão ecossocialista passa de uma utopia para uma possibilidade, mais que urgente, para a atual crise que vivemos. Uma política que rompa com as amarras capitalistas, latifundiárias e burguesas e que se preocupe realmente com a vida de seu povo. Que socialize as terras com os camponeses e que eles se emancipem, para resgatarmos a soberania alimentar de nossos povos, juntamente com as sementes crioulas e o saber ancestral tanto destruído nas últimas décadas.

Humanizar e ressignificar o campo para que ele alimente a alma. Essa é senão a melhor, a única alternativa.

Paz entre nós e guerra aos senhores.

.

.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 251-285, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ALMEIDA, L. F.; SÁNCHEZ, F. R. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 5, p. 77-91, 1998. DOI: 10.23925/ls.v0i5.18892. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18892>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

AMARAL, M. S. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13499/1/Marisa.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/publico/MarisaSilvaAmaralVC.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **Financiamento da Transição Agroecológica**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, jun. 2007.

BAMBIRRA, V. Exodo rural y exodo urbano: la lucha por la reforma agraria en Brasil. In: SEGRERA, F. L. (Ed.). **Los retos de la globalización**. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos. Caracas, Venezuela: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/bambi.rtf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, mar. 2010. Disponível em: [https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2010.dissertacao.sergio\\_botton\\_barcellos.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2010.dissertacao.sergio_botton_barcellos.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

BOFF, L. **Dignitas terrae: ecologia, grito da terra, grito dos pobres**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a união europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BOMBARDI, L. M. **Pequeno Ensaio Cartográfico sobre a utilização de agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP, 2016.

BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista fato & versões**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 157-173, 2010.

BORGES, J. L. **A transição do MST pra a agroecologia**. 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000400002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/5kP8Yd3jWNBdtXcTT98SyVv/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CAMPANHA permanente contra os agrotóxicos e pela vida. **Construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo**. [S. l.], dez. 2014. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CIRILLO, B. Arroz chega a custar R\$ 40, e setor diz que preço deve continuar em alta. **UOL**, Economia, São Paulo, 08 set. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/08/preco-do-arroz-dispara.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 jan. 2022.

COVER, M.; RODRIGUES, P. S. Uma análise sobre a “campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”. **Novos Rumos Sociológicos**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 208-223, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/6907>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. B.; VALENCIO, N. F. L. S. Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., Acre, 2008. **Anais [...]**, Rio Branco, 20-23 jul. 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/109711/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ELIAS, D. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. e69103, 2021. DOI: 10.5216/BGG.v41.69103. ISSN: 1984-8501.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. **Embrapa Agrobiologia-Documentos (INFOTECA-E)**, Seropédica, jun. 2005. 35 p. ISSN 1517-8498. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/628360/1/doc196.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio**. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 73-85, out. 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FERNANDES, S. A. S.; SILVA, R.; CARMO, V. T. Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 92-112, 2021. Disponível em: [https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/article/view/87](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/87). Acesso em: 15 jan. 2022.

FERREIRA, I. A. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: as estratégias para a politização do meio ambiente no espaço de visibilidade midiática. In: **Interprogramas de Mestrado**, 8., Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Isabelle-Azevedo-Ferreira1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BORELLI FILHO, D. **A monopolização territorial e a (re) construção do território camponês em projetos de assentamento de reforma agrária**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124085/000830293.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FLORENTINO, G. N. **Teoria Marxista da Dependência: Análise da inserção internacional do Brasil e do México ao longo dos anos 2000**. In: Seminário América Latina: Cultura, História e Política, Uberlândia, 2015. **Anais [...]**, Uberlândia, 18 - 21 maio 2015.

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura Orgânica** - Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009. 119 p. ISBN 978-85-62557-01-9. Disponível em: [https://www.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Agricultura\\_Organica.pdf](https://www.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Agricultura_Organica.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

GRIGORI, P. 118 agrotóxicos são aprovados durante a pandemia, liberação é 'serviço essencial'. **Repórter Brasil**, [S. l.], 13 maio 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberacao-e-servico-essencial/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GRIGORI, P. Acordo com União Europeia vai ampliar uso de agrotóxicos e desmatamento, diz pesquisadora que teve de deixar o Brasil. **Repórter Brasil**, [S. l.], 08 jun. 2021a. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/acordo-com-uniao-europeia-vai-ampliar-uso-de-agrotoxicos-e-desmatamento-diz-pesquisadora-que-teve-de-deixar-o-brasil/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GRIGORI, P. Votação do PL do Veneno e questionamento da Anvisa tornam o Congresso novo foco da batalha pelos agrotóxicos. **Repórter Brasil**, [S. l.], mar. 2021b. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2021/03/15/votacao-do-pl-do-veneno-e-questionamento-da-anvisa-tornam-congresso-novo-foco-da-batalha-pelos-agrotoxicos/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GUIMARÃES, J. Agronegócio já é muito maior do que aponta o Censo do IBGE, diz presidente da Contag. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildfato.com.br/2019/10/25/agronegocio-ja-e-muito-maior-do-que-aponta-o-censo-do-ibge-diz-presidente-da-contag>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A.. Agroecologia X Agronegócio: crises e convivências. **Espaço em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. ISSN: 1519-7816. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/download/16966/10275/69545>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, R. O.; OLIVEIRA, V. L. “Quando a boiada do veneno passa”: a escalada de registros de novos agrotóxicos no governo bolsonaro. *In*: MIRANDA, N. et al. (Org.). **Desenvolvimento insustentável: conflitos socioambientais e capitalismo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 71-98.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A história de uma categoria. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, maio 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MEDEIROS, J. P. V. **Ecossocialismo: a gênese de uma ecologia social em assentamentos de reforma agrária a partir dos movimentos sociais do campo**. 78f. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18243/1/JoaoPVM\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18243/1/JoaoPVM_DISSERT.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

MELLO, D. et al. Ecossocialismo—reflexões sobre o conceito a partir da obra “o que é ecossocialismo?” De Michel Löwy. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins**, v. 6, n. 1, p. 31-44, 2019. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/6131>. Acesso em: 19 jan. 2022.



MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, v. 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006. ISSN 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>. Acesso em: 19 jan. 2022.

NETO, C. P. R. **Formação Política do Agronegócio**. Campinas, 2018.

NUNES, A.; NUNES, K.; MARASCHIN, M. Agroecologia versus Agronegócio: a resistência do cultivo sustentável no país que mais utiliza agrotóxicos. **Cadernos de Agroecologia**, Dourados, v. 15, n. 4, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6489>. Acesso em: 19 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 185-206, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ORMOND, J. G. P. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. ISSN 1414-4530. Disponível em: <http://www.agriverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/Cartilhas%20de%20Agroecologia/Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PEREIRA, L. C. B.; FURQUIM, L. T. Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo. **Trabalho apresentado no Encontro da Sociedade Brasileira de Ciência Política**, Gramado, v. 8, p. 5-7, ago. 2012. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/02/estado-desenvolvimentista-365.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SANTOS, J. O. et al. A evolução da agricultura orgânica. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal, v. 6, n. 1, p. 35-41, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/1864>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SAUER, S. Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulações dos povos da terra, das águas e das florestas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, [S. l.], ed. spe., p. 69-85, jul. 2013. ISSN 0102-1184.

SERRA, L. S. et al. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 2-25, jan./jul. 2016. Disponível em: [http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o\\_verde\\_e\\_agrot%C3%B3xicos\\_-\\_marcela\\_roy\\_f%C3%A9lix.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o_verde_e_agrot%C3%B3xicos_-_marcela_roy_f%C3%A9lix.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

SOUZA, J. G. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, [S. l.], v. 34, n. 68, p. 147-176, 2009. DOI: 10.1080/08263663.2009.10816978. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08263663.2009.10816978>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, p. 1089-1111, dez. 2008. DOI: 10.1590/S0101-73302008000400008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6S89N7H4cTJRZTbnvykF5rt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOUZA, M. M. O. et al. Agrotóxicos e transgênicos: Retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 319 - 352, 2020. e-ISSN: 1679-768X. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12561. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2020/12/AGROTOXICOS-E-TRANSGENICOSRetrocessos-socioambientais-e-avancos-conservadores-no-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente** - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: . Acesso em: 19 jan. 2022.

TRASPADINI, R. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 1694-1713, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, [S. l.], v. 52, suppl. 1, p. 25-44, 2014. DOI: 10.1590/S0103-20032014000600002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: Encontro anual da ANPOCS, 20., Minas Gerais, 1996. **Anais [...]**, GT 17: Caxambu, out. 1996.

WEISSHEIMER, M. Nosso patrimônio genético agrícola está sendo sequestrado. Deveria ser tema de segurança nacional. **Movimento dos trabalhadores rurais**, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/06/27/nosso-patrimonio-genetico-agricola-esta-sendo-sequestrado-deveria-ser-tema-de-seguranca-nacional/>. Acesso em: 19 jan. 2022.